

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

-Repensando a cidade-

Acompanhamento do Observatório da criança e o adolescente na cidade Estrutural- DF

Autora: Marina Ainara Landabaso

Orientador: Terrie R. Groth

Monografia de Conclusão do Curso de Ciência Política

Brasília, julho de 2014

Marina Ainara Landabaso Maoño

-Repensando a cidade-

Acompanhamento do Observatório da criança e o adolescente na cidade Estrutural-DF

Monografia apresentada ao curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília para obtenção de título de Bacharel.

Orientador:

Prof^a. Dr. Terrie R. Groth

Examinador:

Prof. Paulo Alfonso Francisco de Carvalho

Brasília

JULHO DE 2014

A mis padres, siempre.

Agradecimentos

Agradeço à oportunidade de estudar numa Universidade pública, agradeço ao Brasil, à cidade Estrutural e ao Coletivo da Cidade, que mudaram meu mundo. Agradeço aos cenouras e a todas as pessoas que cruzaram meu caminho ao longo destes anos de graduação.

**1.segregação socio-espacial – 2. urbanismo – 3. Brasilia –
4. Estrutural – 5. Direito à cidade – 6. gestão do território**

Sumário

1.1. INTRODUÇÃO	7
1. Sobre o direito à cidade	12
1.1. Gestão do território.....	14
1.2. Teorias urbanas.....	16
1.3. Relação centro periferia.....	18
2. O processo de urbanização brasileiro	23
2.1. O processo de exclusão sócio espacial na urbanização de Brasília.....	29
3. Sobre a cidade Estrutural	39
3.1. Formação da Estrutural.....	39
3.2. Dados atuais sobre a cidade.....	44
4. Sobre o Observatório da criança e adolescente	51
4.1. Apresentação do projeto.....	51
4.2. Histórico do projeto.....	53
4.3. Impressões dos participantes.....	56
4.4 Reflexoes sobre as atividades.....	76
Considerações finais	81
Bibliografia	83

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo retratar algumas concepções acerca do conceito de direito à cidade, a partir de uma revisão bibliográfica sobre a questão urbana, a gestão do território e a relação centro-periferia. Faremos uma revisão bibliográfica e documental para abordar os temas e por último apresentaremos o projeto e suas atividades. Em relação aos capítulos que falam sobre a construção de Brasília os autores escolhidos fazem parte de uns estudiosos brasileiros que a muitos anos publicam artigos sobre a questão, estudando as particularidades de Brasília, a partir da sua construção diferenciada e dos efeitos sociais do seu urbanismo. A leitura do espaço que se pretende estudar, esta dentro do contexto particular de Brasília. Questionaremos o processo de organização da própria cidade, e sua natureza segregadora desde os primeiros tempos da sua construção. Analisaremos o contexto de formação da cidade Estrutural, que foi inicialmente criada por uma comunidade em torno do lixão do Distrito Federal, e que ate sua recente regularização, teve um intenso processo de luta popular para a comunidade poder se manter nesse espaço. A partir de uma pesquisa-ação acompanharemos as atividades do projeto OCA, o primeiro Observatório da Criança e Adolescente do Distrito Federal, sediado pela ONG Coletivo da Cidade, na cidade Estrutural. Entendemos esse método de pesquisa como:

“uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas acontecem. A abordagem é de uma pesquisa-ação apenas quando ela é colaborativa...” (KEMMIS e MC TAGGART,1988, apud Elia e Sampaio, 2001, p.248).

O projeto pretende promover o protagonismo das crianças e adolescentes por meio de formação para realização de registro e mapeamento dos diversos desafios e potencialidades da Cidade Estrutural. Valorizando as percepções deles como crianças mais também como sujeitos de opinião, e de maior vulnerabilidade em relação as injustiças sociais. As crianças tem uma idade entre oito e

quatorze anos e são atendidas no Coletivo da Cidade, onde o projeto, em parceria com o INESC¹, é sediado. As atividades e oficinas deste semestre se centraram sobre o tema “cidade”, questionando junto com as crianças e adolescentes seus processos de formação, analisando suas diferenças e assim suas incidências sobre a própria sociedade. A ideia principal é a de entender e questionar como os participantes se percebem dentro do espaço que eles ocupam, e seu papel dentro da sua própria comunidade, assim como dentro da sociedade como um todo. As atividades deste semestre, e nas quais nos centraremos, após fazer um breve histórico das atividades passadas, consistiram em diferentes visitas a algumas regiões administrativas do Distrito Federal, com o intuito de depois fazer uma reflexão, junto com os participantes, e assim compará-las. A escolha das visitas se fundou na história intensa e particular de cada região. As histórias das cidades criadas no entorno do Plano piloto estão marcadas, na grande maioria das vezes, por um processo de luta popular que se deu em várias comunidades pela permanência dos moradores. Estas histórias se situam dentro de um contexto claro e proposital de segregação sócio-espacial², que pretendeu expulsar para fora dos “limites da cidade”, neste caso do Plano piloto, o planejado, às populações mais pobres que na sua ampla maioria, vieram para construir a capital. Brasília que se pretendia como uma nova cidade que abraçava os preceitos de modernidade e desenvolvimento, e que foi concebida com o apoio da maioria da população, é hoje a quarta cidade mais desigual do Brasil segundo uma pesquisa divulgada pela ONU³. O Brasil é o 14^a país da América Latina segundo o relatório, com mais pessoas vivendo em favelas. No país, 28% da população moram em comunidades com infra-estrutura precária, e a grande maioria em situação informal. O índice de moradores de favelas no Brasil é mais alto do que a média latino-americana, de 26%.⁴ Apesar deste processo urbano ser generalizado no mundo inteiro, os índices de desigualdade dentro do Distrito Federal são alarmantes, principalmente por acontecerem dentro de um espaço que tinha sido inteiramente planejado, pelo que consideramos importante questionar como se fez o processo decisório que levou a estas consequências.

A Estrutural, cidade na qual moram as crianças e adolescentes que participaram do projeto, tem um dos piores índices de desenvolvimento do país, e é o local no Distrito Federal onde mais

¹ O Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública. Criado em 1979, o Inesc atua, em todos os seus projetos, com duas principais linhas de ação: o fortalecimento da sociedade civil e a ampliação da participação social em espaços de deliberação de políticas públicas

² Entendemos o termo segregação socio-espacial como a presença espacial da população em função do poder financeiro de seus habitantes.

³http://www.camaraempauta.com.br/portal/artigo/ver/id/5259/nome/Brasilia__Curitiba__Goiania__BH_e_Fortaleza_estao_entre_as_20_cidades_mais_desiguais_do_mundo/termo/comunidade, última entrada dia 11 de agosto de 2014.

⁴ <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/fortaleza-e-uma-das-cidades-mais-desiguais-da-america-latina-diz-onu.html>, última entrada dia 11 de agosto de 2014.

pessoas são assassinadas proporcionalmente ao tamanho da população. Segundo a quantidade de homicídios registrados em 2009 por levantamento da Secretaria de Saúde (SES), a taxa de homicídios em todo o DF é de 34,1 por cem mil habitantes. Na Vila Estrutural, chega a 94,3. Maior que o índice de Maceió, a capital mais violenta do País⁵. O contexto da cidade é muito complicado, por isso achamos importante discutir qual é a percepção das crianças sobre sua cidade, assim como valorizar a história de luta que lhes tem mantido no lugar, e que tem de alguma forma, criado sua identidade. Identidade que no contexto de Brasília assume outras dimensões, sendo que a cidade foi povoada por pessoas de todas as regiões do país, e que teve um difícil processo de auto-identificação, no qual as pessoas tiveram que reafirmar suas culturas para criar um novo espaço de identidade, em uma cidade que carecia de história. As visitas do projeto foram feitas em cidades como Ceilandia, que tem uma história de construção muito importante dentro da história da capital, sendo que o nome da cidade provem das siglas da Campanha de Erradicação de Invasões. A cidade foi construída como o próprio nome indica para alojar as populações que tinham começado a se formar as veras do Plano piloto, no fim da construção de Brasília, pela falta de possibilidades que o Plano piloto oferecia. O Distrito Federal tem até hoje o segundo metro quadrado mais valorizado do país (R\$ 8.381), atrás apenas do Rio de Janeiro, com R\$ 9.285.⁶

Outra visita se deu na Vila Planalto, que surgiu inicialmente como acampamento que abrigaria os trabalhadores que de todos os pontos do Brasil tinham vindo para construir a nova capital do país. Até hoje ela é um símbolo da resistência dos “pioneiros”, sendo que após a conclusão de Brasília, a ideia era remover os acampamentos das construtoras na Vila Planalto e transferir as famílias pioneiras para regiões administrativas próximas como Samambaia, que foi criada com esse intuito. É importante remarcar que estas cidades construídas para realocar os trabalhadores quando finalizada a construção de Brasília, foram “inauguradas” sem nenhum tipo de infra-estrutura e condições de habitação. É importante questionar e denunciar as decisões políticas e econômicas que foram tomadas racionalmente para provocar essa situação de segregação sócio-espacial.

Outra visita aconteceu na SQS 114 do Plano piloto, que foi escolhida por representar a quadra modelo que foi idealizada para o Plano piloto, considerando interessante esse tipo de contraste urbanístico com o resto dos lugares que não cresceram nesses marcos, na mesma época. Essa quadra é uma das mais valoradas no Plano piloto, conta com uma escola e uma creche pública, assim como um belo jardim delicadamente cuidado. Outra das visitas foi para o Parque Nacional de Brasília.

⁵ <http://www.jornaldebrasil.com.br/noticias/cidades/321901/vila-estrutural--lidera-numero-de-assassinatos-proporcional-a-populacao/>, última entrada dia 11 de agosto de 2014.

⁶ http://correiobrasiliense.lugarcerto.com.br/app/noticia/ultimas/2013/08/13/interna_ultimas,47246/df-tem-o-segundo-metro-quadrado-mais-carro-do-pais-diz-estudo.shtml

lia, que apesar da proximidade com a cidade Estrutural são muito poucas as crianças que tiveram a oportunidade de conhecer até agora todas as possibilidades que esse último espaço de preservação do cerrado em Brasília tem a oferecer. É uma realidade que existe uma estigmatização muito forte em relação aos catadores, e também aos moradores da Estrutural, em relação ao pessoal do Parque Nacional, que sempre se opôs à regularização da cidade, e que ao longo dos anos tem lhes acusado de contaminar as áreas do parque, por causa do lixo e das ocupações próximas. É importante lembrar que a decisão da localização do lixão não foi do âmbito dos catadores, e que estes, de alguma forma, fazem um trabalho ecológico de reciclagem vantajoso para toda a população do Distrito Federal. Em relação as ocupações próximas estas não são as únicas a verar o parque nacional, sendo que varias áreas da Cidade do Automóvel estão a igual proximidade, e podem causar um impacto ambiental muito maior. As últimas duas visitas aconteceram na própria cidade Estrutural, sendo que consideramos importante clausurar as atividades nos centrado na cidade onde os próprios participantes vivem. A penúltima visita consistiu em um passeio pela própria cidade, visitando os pontos que achamos mais destacados dela. Assim visitamos o Setor de Chácaras Santa Luzia, que é uma área onde moram atualmente umas cinco mil pessoas, e estão instaladas em um local considerado de risco, pelo que estão em permanente situação de remanejamento. O poder local para incentivar os moradores a desocupar essa área não tem instalado nenhum tipo de serviço ou infra-estrutura para esses moradores, que ate hoje vivem sem agua nem luz. O passeio continuo pela Cidade do Automóvel, que faz fronteira com esse setor de Chácaras e constitui um “outro mundo” em questão de infra-estruturas e de serviços, sendo um dos locais onde mais dinheiro se movimenta no Distrito Federal. O último passeio se deu no aterro sanitário, mais conhecido como Lixão do Jóquei, considerando importante conhecer esse espaço protagonista de tanta luta e briga entre o poder publico-privado, e os moradores.

Foi a partir do aparecimento do lixão que a comunidade foi se instalando no local. Os primeiros moradores relatavam que este no inicio era uma mina de oportunidades, já que lhes permitia re-aproveitar aquilo que tinha sido jogado, constituindo uma renda segura, pois o lixo nunca pararia de chegar. Hoje em dia o lixão esta em processo de fechamento, e se prevê sua deslocação para a cidade de Samambaia. As cooperativas que foram criadas para atender os trabalhadores que ficaram sem trabalho não atendem adequadamente as demandas e necessidades desses trabalhadores. Junto com o fechamento do lixão será necessário um amplo trabalho de recuperação do solo nesse local, questão que preocupa os moradores, que acreditam que após o fechamento do lixão a cidade terá que assumir os riscos de morar numa cidade com um lixão não mais controlado e que a mais de 50 anos vem abrigando toneladas de lixo por dia. Outra possibilidade que preocupa os moradores é a valorização do espaço, sendo que a Estrutural está situada em um lugar privilegiado em relação ao Plano piloto e que nos últimos anos, junto com os processos de urbanização, tem expe-

rimentado uma forte elevação nos preços da luz, do IPTU e etc, provocando a expulsão, por parte dessa maquina imobiliária, dos moradores a lugares mais distantes e menos valorizados.

É importante ressaltar que decidimos não usar os termos de invasão, como são consideradas as ocupações no Distrito Federal, sendo que a maioria das terras do Plano Piloto são da propriedade do Estado. Consideramos mais adequado usar o termo ocupação ou favela, entendendo que o primeiro remete a um movimento que luta pela uso da terra, sendo que Brasília é um lugar onde a valorização da terra é altamente rentável para o mercado imobiliário. E o segundo termo remete a uma generalização de um fenômeno urbanístico que se proliferou no mundo, e que a o longo dos anos pretende se reafirmar nesses termos como este sendo reivindicativos de uma nova forma de ocupação do solo e de dinâmica comunitária que de alguma forma reinventa a noção de cidade. É importante ressaltar que a intenção do acompanhamento do Observatório da Criança e do Adolescente não pretende produzir dados quantitativos, mais dar a oportunidade a os participantes de experimentar o processo e se apropriar da sua identidade, questionando os processos externos e alheios que influenciam e determinam, de alguma forma, a suas condições dentro da sociedade. Sabemos que são raras as oportunidades nas quais se da voz a esta população, e principalmente as crianças e adolescentes em relação a estes assuntos, por isso quisemos dar-lhes a possibilidade de se expressar. No semestre passado, durante as oficinas do projeto OCA, que estavam centradas no orçamento público se redigiu uma carta de reivindicações que foi entregue na Camara dos Deputados. Acreditamos que este tipo de iniciativas possam ser uma voz que influencie as políticas publicas que incidam na cidade.

A escolha de acompanhar as crianças neste projeto, assim como meu envolvimento, vem de uma trajetória individual e coletiva que foi me fazendo entrar em contato com a realidade do Plano piloto e também com o da Estrutural. Meu primeiro contato com a cidade Estrutural se deu no ano de 2010, a partir da minha participação num projeto de extensão da Universidade de Brasília, o projeto “Política na Escola”, coordenado pelo professor Terrie Ralph Groth, que a dia de hoje esta orientado esta monografia. O projeto discute, continua até hoje, conceitos como participação política, representação e democracia, com crianças das escolas publicas de diferentes cidades do Distrito Federal. Minha participação se deu com as crianças da Associação Viver, uma ONG da Estrutural, e da escola publica CF 01 da mesma cidade. Meu envolvimento me levou a ate dia de hoje participar como voluntária da ONG Coletivo da Cidade, que atende uma meia de duzentas crianças no contraturno escolar e oferece todo tipo de atividades lúdicas para as crianças dentre 8 e 14 anos da cidade. Ela oferece um serviço sócio assistencial de acompanhamento pedagógico e psicossocial das crianças, adolescentes e famílias. Também oferece atividades educativas como meio de transformação social por meio do trabalho em rede. Além disso, é um importante espaço de convivência comunitária.

ria e capacitação profissional para os demais moradores da cidade. O projeto visa o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, abrangendo e articulando as diversas dimensões de sua vida como indivíduo e cidadão, promovendo a vivência de práticas sócio-educativas que proporcionem a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidade para empreenderem projetos de vida pessoais e coletivos, transformadores e comprometidas com o bem comum. O Coletivo da cidade tem um papel importante na minha formação, assim como na minha própria pessoa, de forma emocional, sendo que foi a partir da participação que teve a oportunidade de conhecer a incrível história da cidade, assim como seus moradores, que de forma inegável tiveram impacto neste trabalho, na minha vida e em mim como pessoa. É fundamental ressaltar que a compreensão da reprodução do espaço urbano como resultante do processo excludente e segregador, que é a expressão da contradição de classes, e tende a distribuir de forma desigual o acesso à cidade, foi imprescindível para a leitura crítica da realidade observada.

CAPÍTULO 1: O DIREITO À CIDADE

Em 1968 no seu livro *Direito a Cidade*, Henry Lefebvre, filósofo marxista, introduzia o conceito de Direito à Cidade, para ele este concebido como espaço de interação, como obra coletiva, sendo a projeção da sociedade urbana num dado lugar, e assim define:

“a cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e funcionamento, com seus elementos constituintes, com sua história. Portanto ela muda quando muda a sociedade em seu conjunto.” (LEFEBVRE, Henri, 1999).

O autor indica o direito à cidade como a conquista do espaço por todos os grupos, principalmente pelos historicamente excluídos. Segundo ele à lógica e mecanismos capitalistas se inserem, reproduzindo ações que provocam a exclusão e segregação dos grupos mais pobres, perdendo o sentido da cidade e do urbanismo, separando funcionalmente as atividades e grupos. A cidade segundo ele estaria virando mercadoria do capital sendo usada como moeda de troca, sem ter o valor de uso que lhe corresponde, (LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*, 2000, nº 3, p.238).

O direito à cidade esta inserido no debate em relação a reprodução do capital provocando e intensificando as desigualdades sócias, econômicas, sócio-espaciais e políticas. A obra do Henry Lefebvre é um ponto de partida essencial para compreender o urbano, a cidade e sua relação com a

sociedade. A partir da cidade podemos discutir a distribuição do espaço, suas desigualdades, os meios de produção e de consumo. O autor concebe o urbanismo, aquele completo que atinge por igual todos os habitantes, como uma ideologia, e coloca nele um peso de utopia. O urbanismo é indicado como instrumento fundamental da burguesia no controle do espaço urbano e assim da sociedade, principalmente das classes mais desfavorecidas, sendo este um instrumento de classe, que atua sobre as demandas do capital. Segundo ele são os problemas reais da cidade que definem a sociedade como um todo, numa relação simbiótica e que se constrói a partir de um planejamento racional. Para Lefebvre a cidade é um projeto de sociedade, ela não é um lugar passivo da produção da concentração de capitais, e ela intervém como tal na produção, (LEFÉBVRE, Henri. 1976).

O Direito à cidade suporia , poder usufruir da cidade, e das possibilidades que ela tem a oferecer, em relação a equipamentos e serviços, sendo que é na cidade onde se encontram centralizadas este tipo de oportunidades, oferecidas pelas boas localidades do sistema urbano. Podemos afirmar que o direito à cidade não garante o direito a moradia, e a uma moradia digna, e assim vice-versa. Sendo que a cidade impõe restrições ao direito à moradia para aqueles que não conseguem pagar por uma boa localização. Para Henry Lefebvre esse direito à cidade, por tanto, é uma utopia que parte de um projeto político a ser construído e conquistado pelas lutas populares contra à lógica de produção da cidade, que produz moradia só para satisfazer as demandas do capital, que mercantiliza o espaço urbano. Para tal precisaria-se mudar à lógica que ate agora prevaleceu, na qual ao longo da historia às populações mais pobres lhes foi negado a oportunidade de usufruir da cidade, de vivenciar ela de forma plena, sendo obrigados à só ter acesso às piores localizações do tecido urbano. Por tanto para o autor o conceito de direito à cidade não se refere a uma vida mais confortável para muitos dentro da sociedade capitalista, mais para um modo de vida diferente que mude os moldes do sistema de produção.

Apesar do Estado ter o dever de prever dispositivos jurídicos, legais, políticos e institucionais para regular o uso do solo, como por exemplo já está contemplado na Constituição Federal, no artigo 02 do Estatuto do capítulo sobre política urbana⁷, a restrição do direito individual dos grandes proprietários de terras e imóveis não é sempre efetuada. Por isso é importante entender a totalidade dos diferentes processo e das suas diferentes forças que atuam em sentidos diferentes nas estruturas urbanas para entender a questão na sua totalidade. O espaço urbano passa então a se constituir em função das demandas colocadas perante o Estado, no sentido de atender à produção industrial, quanto às necessidades de reprodução coletiva da força de trabalho. Como indica CASTELLS

⁷ LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001.

(1983, p.146), “o espaço urbano é estruturado, quer dizer, não é organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo de período da organização social”.

1.1. Gestão do território

À atenção para o planejamento urbano do território surgiu, principalmente, nos anos 20 do século XX, e generalizou-se após a Segunda Guerra Mundial. A gestão territorial pressupõe o planejamento e por tanto confronta-se com a necessidade de definir o seu objetivo e os fenômenos que se incluem no seu campo de observação e análise. Podemos definir por tanto as políticas territoriais estatais como o conjunto de normas e intervenções ditadas ou adoptadas pela iniciativa pública, tendo em vista o ordenamento do território e a distribuição espacial da ocupação do solo e sua utilização por meio dos diversos agentes. Segundo LOPES (1980)

“ a base da organização espacial, num mundo de recursos escassos é a localização. Nada haverá em principio que se localize por acaso (...) A natureza do problema da localização leva a dar grande relevo aos aspectos económicos [do planejamento do território] não apenas porque sempre estarão em causa benefícios e custos, mas porque a maioria das actividades humanas envolve a distribuição e o uso de recursos limitados”.

Os anos 60 e 70 foram abundantes em contribuições teóricas operacionais para a organização intra-urbana, nomeada de “uso do solo”. E nos anos 80 e 90 as teorias da localização foram dominantes. As novas problemáticas mudaram com o aparecimento de grandes áreas metropolitanas, as denominadas cidades-região, que acabaram formando conjuntos polinucleados. Sendo que este processo seria consequência das decisões urbanas que organizam o espaço. O novo urbanismo deve, pois, alargar o seu âmbito de modo a englobar o ordenamento do território urbano e mesmo nacional, tendo em conta os múltiplos factores que influenciam a cidade. O funcionamento do urbanismo corbusiano, que encara a cidade como uma unidade funcional, serviu de inspiração para vários países do terceiro mundo, e as consequências de concepções e decisões advindas de fora, que se encaixam a outras realidades não foram sempre as esperadas, como foi em alguns aspectos, no caso do Brasil. (MAFRA, SILVA, 2004).

A globalização intensificou a competitividade mundial, o que mudou a amplitude e a expansão das relações econômicas do mundo. Esta mudança provocou uma maior descentralização e desconcentração na tomada de decisões, o que de alguma forma dificultou a capacidade e tomada de decisões mais autônomas e locais. Mas nas últimas décadas, devido as novas dinâmicas sociais e econômicas mundiais se apresentaram mudanças nos sistemas e mecanismo de governação territorial, realçando o papel da participação em termos de cidadania, com novas instituições e parcerias. Essas iniciativas pretendem ajudar nos processos para melhor entender as questões, necessidades e realidades locais. Os grandes problemas urbanos atuais seriam principalmente, a falta de solo disponível, a dispersão desordenada, deterioração das condições de habitação e de outras atividades, a poluição ambiental, a exclusão social, o tráfego e etc. Por tanto estas decisões que não podem ser globais, mais encaram problemas globais, com conseqüências e motivos que sim são globais, deveriam estudar os problemas localmente, buscando soluções que os próprios protagonistas entendam, se ajustando a cada realidade, (MAFRA, Francisco; SILVA, 2004).

PAVIANI (2003), aponta que a gestão urbana acontece com cada vez mais exclusão sócio-espacial, sendo que as gestões econômicas e territorial determinam o processos sociais, como uma dada forma de produção e de ocupação da força de trabalho, influenciando em todos os aspectos internos da cidade e do seu território. O aumento das diferenças, da injustiça social, e de uma expansão excludente das grandes cidades foi provocada pelos desajustes do período “técnico-científico informacional”. O que provocou, que em nome da modernização, os aparatos produtivos e de serviços, desempregando a população, entre outras coisas. Segundo entende o autor os processos globais que comandam estas ações são o neo-liberalismo que prioriza a iniciativa privada, e provoca o desemprego e assim a pobreza, na qual existe uma maximização do lucro, como instrumento de acumulação, sem sua devida redistribuição para os muitos que contribuíram para sua acumulação, deixando a grande maioria “subalternos ao jogo econômico”. A privatização dos serviços provocou um atendimento seletivo e excludente no seu atendimento, onda que atingiu fortemente o Brasil nos anos 90. Os perfis produtivos eram considerados atrasados, subdesenvolvidos e obsoletos, e o caminho da modernidade era entendido como aquele capaz de reverter essa situação. Como diz PAVIANI (2001, p. 210)

“a apartação sócio-espacial é o maior resultado da modernização tecnológica, embutida nas formas pelas quais vão acontecendo a globalização e a fragmentação”.

As elites locais que aderiram essa corrente reproduziram os processos de dominação/dependência, segregando seus territórios e habitantes, criando diferenças e limites entre diferentes partes da população, excluindo-os de do acesso a bens/produtos e serviços, a maioria apartado do processo de apropriação do produto social enquanto não tem outra opção. Como diz o autor:

“ por serem agentes pacientes da urbanização, os desempregados submetem se à gestão do território efluente, que os alija das grandes decisões sobre o desenvolvimento econômico e sobre a organização sócio-espacial”.(PAVIANI, 1991: 116)

Como também mostra o autor que toma as palavras de BECKER diz que:

“ a gestão do território corresponde à pratica das relações de poder necessárias para dirigir, no tempo e no espaço, a coerência das múltiplas finalidades, decisões e ações” (BECKER, ,1991:179)

Como também indica o autor, o geógrafo Lobato Corrêa descreve o papel das metrópoles como os *“centros de gestão de território”* (CORREA, 1996), sendo que é nelas que se encontram normalmente os órgãos de governo e as grandes corporações onde se efetivam os investimentos, acumulo de capitais e o controle da atividade no território, concentrando o poder e os processos da atividade econômica e portanto da organização sócio-espacial. Poderíamos definir então a gestão do território como as *“praticas sócias no espaço”*.

2. Teorias urbanas.

A escola de Chicago foi uma referencia na produção de pesquisas sociais direcionadas à investigação dos fenômenos sócias que ocorriam especificamente no meio urbano, iniciando os estudos sobre, e na grande metrópole norte-americana, constituindo assim a chamada Sociologia Urbana. A escola de Chicago apareceu em decorrência ao processo de expansão urbana e ao crescimento demográfico que a cidade de Chicago vivificou no inicio do século 20, resultado do acelerado desenvolvimento industrial das metrópoles. Os fenômenos sócias urbanos decorrentes desses processos foram concebidos como problemas sociais, as grandes ondas de imigração, de aumento de desemprego e de comunidades segregadas, por exemplo. Estas questões sociais, definidas como patologias, definiram os principais objetos de pesquisa para os sociólogos da Escola de Chicago, estimulando a elaboração de novas teorias e conceitos sociológicos, assim como de procedimentos meto-

dológicos. Existiram diferentes teorias sociais sobre a cidade, e a tradicional sociologia urbana norte americana da Escola de Chicago, introduz a abordagem “ecológica”. Robert Ezra Park da Universidade de Chicago fez um estudo abordando diferentes conhecimentos para elaborar o conceito de “área natural”, assumindo com ele que as forças competitivas naturais tendem a produzir um equilíbrio também natural de adaptação social ao ambiente urbano. Autores como SIMMEL e TONIES questionavam as relações entre comunidade e sociedade, estudando a “vida mental das metrópoles”; tendo como cenário Berlin do final do século XX. A sua hipótese principal propunha que o “urbano”, entendido como habitante da urbe, começa a configurar, ao ritmo da cidade, um tipo de personalidade moderno, capitalista, indiferente e reservado, caracterizado pela intensificação dos estímulos nervosos. Esse estudo teve um olhar diferenciado, por incluir a cultura e a psicologia como vetores norteadores.

Como explica GONÇALVES (1995) para essa corrente da Escola de Chicago a segregação é o resultado e produto natural da competição e força exercida pelos grupos pelo domínio do próprio espaço. Os diferentes grupos sociais se apropriam de um determinado espaço, com seus elementos históricos, sociais, culturais e políticos, que tem uma própria função social, onde se circunscrevem as relações espaciais, se ajustando até encontrar a um equilíbrio de organização, e a segregação é compreendida como o resultado inevitável disso.

As contribuições dos autores e das ideias da Escola de Chicago influenciaram os estudos sobre cultura urbana e comportamentos sociais, assim como os estudos sobre os aspectos sócio-econômicos como elementos explicativos do crescimento das cidades. Em relação à teoria ecológica desta escola, para abordar a questão urbana, ela define a competição espacial e econômica como o mecanismo de regulação ecológica dos conflitos gerados pela concentração de habitantes e atividades econômicas nos espaços da cidade (EUFRASIO, 1998, p.95-98). Sendo esta posição determinada pela capacidade de permanecer e se apropriar das áreas valorizadas, ficando a periferia para todos os segmentos que ficam de fora dessa batalha. Outro conceito como a “constelação de áreas naturais” define um mapa em que cada elemento desempenha funções específicas no conjunto da economia urbana como um todo, entendendo o crescimento das cidades como uma reação natural de expansão e distribuição populacional onde as forças de poder determinam as características sociais, políticas ou culturais do espaço. Para estes autores que defendem a abordagem ecológica a competição entre os grupos sociais organiza e define o espaço de forma a manter as distâncias físicas e culturais, assim como o equilíbrio social.

A abordagem marxista interpreta e estuda o espaço, o urbano em si mesmo e a cidade sob a lógica do capital, da luta de classes e do papel e a ingerência do Estado, entendendo a cidade como o espaço onde essas coisas se concretizam, não interpretando esse espaço como neutro histórico e autônomo à organização social. Assim os elementos que lo constituem denominam e formam um determinado processo econômico, político e social, sendo o espaço onde

“no curso da historia, é o lugar onde se elaboram as relações de produção, onde se manifestam os conflitos entre as relações de produção e de força produtiva” (MARX APUD LEFEBVRE, 1999, p. 91).

HOYT (1939), na sua abordagem marxista defendeu o estudo de dados sócio econômicos para defender a explicação da dinâmica urbana, interpretando a cidade como produto de movimentos orientados pelo mercado e distribuídos em relação a instalação das tecnologias de comunicação. Segundo os estudos de BELL (1961), a organização espacial das cidade e diretamente determinada pelas relações de trabalho e por tanto na segmentação do mercado de trabalho.

A questão da moradia para Engels se caracterizou como a expressão das lutas e da questão social que afetou sempre as classes oprimidas ao longo da historia. Ele já relacionava a questão da habitação com processo de industrialização nascente que afetava a classe operaria no inicio do século XIX, hoje se agravando e se expandindo à um grande segmento da classe trabalhadora atual. A moradia por tanto se tornou um problema estrutural do modo de produção capitalista em virtude da desigualdade na distribuição da renda que acentua a pobreza e a miséria, assim como as demais desigualdades sociais. (ENGELS, 1988).

2.1. A relação centro - periferia

Tradicionalmente, o termo periferia sempre tem se utilizado para designar uma área que é externa a cidade, construída com uma lógica diferente à estabelecida nos moldes da cidade, do centro. Entendemos então a “cidade” como o polo onde radicam os serviços e onde se tomam as decisões políticas. É importante questionar se a periferia, junto com suas características particulares, é entendida como uma não-cidade, e por tanto desprovida de cidade e por tanto de “cidadãos,” e assim de praticas cidadãs. A estrutura urbana em relação a todo que não é o centro e por tanto a periferia, pode se

basear em três termos, a distancia, a dependência e a deficiência, em relação a “cidade”. E daí vem a conotação de condição periférica a um lugar, onde influenciam as distancias físicas assim como a precariedade dos serviços e da habitação. Junto com o mais atual estado de “globalização econômica” mudou o modelo urbano, que derivou em um desenvolvimento das periferias muito diferentes daquelas formadas até os anos 70. Diferentes em questões como distancias, já menos relativas em relação a expansão das cidades, segundo, de dependência, já que elas tem adquirido certa autonomia, e terceiro pela sua deficiência, que se diferencia por ter uma organização comunitária, na maioria das vezes estruturada, que tem seu próprio funcionamento dentro desse espaço consolidado.

A dia de hoje não podemos considerar um único conceito de periferia, tanto pelo seu processo de construção, como pelo seu próprio processo interno de gestão, e assim pela sua trajetória e historia particular. Mas historicamente poderíamos identificar três tipos de periferia através da forma sucessiva de ocupar o espaço em torno ao centro, e dos períodos temporais em que se construíram. O primeiro tipo é o da periferia industrial, que surgiu com a industrialização urbana, configurando uma área não totalmente urbanizada, se mantendo em núcleos agrícolas ou industriais com cultura tradicional, e suas principais características são a permanência dos aspectos originais da sua formação urbana, a carência de espaços públicos, e a constante pressão imobiliária e suas áreas em desuso. O segundo tipo seria a periferia residencial, e se identificaria nas décadas centrais do século XX, a partir do crescimento acelerado que experimentaram muitas cidades devido a o forte processo de industrialização precedente, assim se formando os conhecidos “bairros/cidades dormitório”. Estes se caracterizam por uma clara e característica segregação social, em relação as deficiências de acessibilidades, de serviços e a urbanização da construção em relação ao centro. Tendo nesses espaços uma construção massiva, construída entre a ilegalidade e a legalidade, tanto pelo setor público como pelo privado, no meio de uma forte especulação do solo. E o terceiro tipo seria a periferia dispersa, que se identificaria já nas ultimas décadas do século XX quando as principais cidades perderam população e assim o crescimento nos centros urbanos satélite foi se ampliando em diferentes núcleos. Esta periferia já não adquire uma conotação tão negativa, sendo que esta vai se formando e vai sendo ocupada por uma população, de uma condição financeira maior, que escolhe este deslocamento pelas outro tipo de qualidades que o centro já não possui mais.

O discurso urbanístico sobre a periferia tem experimentado uma mudança, evolucionando desde a profunda rejeição desse espaço qualificado como negativo e degradado, à gradativa aceitação de um espaço que se lhe reconhece uma ordem lógica diferente a da cidade tradicional. Mais a forma como esse espaço continua sendo caracterizado, na maioria das vezes, é considerado indefinido, se con-

hece o que não é, o que falta, mais não se sabe o que é e o que tem. Assim vai se solidificando o conceito de não-cidade, como espaço que não possui e não alcança os valores e qualidades de centralidade. Outra categoria é a de lugar anômalo, incompleto, não equipado, desordenado, caótico, onde se possibilitam as patologias urbanas, a marginalidade, segregação social, violência e etc. E por último considerado um lugar sem identidade, como um espaço atípico, com falta de expressão e expansão urbana, sem uma identidade e intencionalidade racional. Por tanto a periferia tem se tratado na maioria das vezes como um problema.

Ate os anos 70 a constante imagem negativa tinha se fundado na identificação da cidade central como o lugar para viver, mais nos últimos anos as novas periferias romperam com o paradigma em todos os contextos. Começando a ser enxergada como espaço onde se apresenta a oportunidade de pensar e construir a cidade atual (SOLA-MORALES, 1997), sendo entendido como um espaço com lógica e identidade, sem comparação direta e obrigatória com a cidade central. Como afirma DEMATTEIS (1998)

“ desde a Revolução Industrial ate hoje a periferia tem sido o espaço da cerração, da invenção, do cambio, mais é só na atualidade que se lhe da essa vocação, virando em valor positivo para sua definição e intervenção ”.

A periferia urbana se identifica historicamente com um processo que cresceu de forma bastante extensa e rápida em torno de uma cidade central, durante os anos denominados de “expansionismo” e “desenvolventismo” do século XX. Na maior parte das cidades industrializadas se entende como área onde se resolvia o problema da habitação para as classes de menos recursos econômicos, e por tanto onde as condições de vida também eram inferiores. Nessa época as grandes ondas de imigração foram intensas, e a questão se converteu tanto para o Estado como para o habitante uma questão urgente. Esta condição de urgência e necessidade levaram a construção destes processos de forma deficiente, incompleta e injusta para a grande maioria. Por tanto a habitação acontece, tanto do setor público como do privado, desprovida de equipamentos, infra-estruturas e atividades necessárias para uma vida urbana completa, esta entendida como a possibilidade de habitar plenamente um espaço.

As características físicas que são utilizadas para generalizar o conceito de periferia, dados seus processo de construção, são na maioria das vezes: o baixo nível de acessibilidade, a carência de um sistema de transportes pela deficiente infra-estrutura, o predomínio de atividade residencial (periferia dormitório), e a ausência de um modelo prévio para sua concepção e a construção, que la referen-

cie. No âmbito do urbano, os principais problemas que se tentam resolver com maior frequência são: primeiramente funcionais, definindo-os muitas vezes como espaços dormitório, que juntam atividades que o centro rejeita e que depende de outras áreas urbanas. Depois estruturais, pela falta de infra-estruturas, serviços e a baixa qualidade habitacional. E por ultimo ambientais, segundo a degradação e os impactos ambientais, causados, na ampla maioria dos casos, pela ocupação de esse tipo de terrenos, pela simples falta de outras opções e pelo não inferes por parte do mercado imobiliário em relação a essas áreas, que ainda não foram valorizadas.

É uma realidade que as periferias abrigam um grande contingente de população, e seus processos e características são mais do que reais, por tanto seria importante repensar e redefinir estes espaços, transformando essa condição de problema, para um entendimento de um espaço real, próprio e que precisa de aceitação, e assim superar essa imagem associada a marginalidade, ao espaço degradado pleno de desordem físico e a miséria social. Revirar esses conceitos que são criados fora da periferia, para deixar espaço aos próprios protagonistas do lugar, fazer suas reivindicações e ao mesmo tempo se definir. Assim, procurando encontrar neste espaço a liberdade para reflexionar sobre a construção da cidade contemporânea, sendo a oportunidade, o lugar da invenção de novas formas urbanas.

Mikes Davis, no seu livro *Planeta Favela* (2006) pretende mostrar como certos processos de urbanização tem provocado parecidos resultados em forma de periferias e favelas, em lugares diferentes, e que eles tem origens conectados, entendendo este fenômeno como a concepção de uma humanidade excedente no contexto capitalista atual. O autor deixa claro que existe uma oposição entre o urbano e a cidade. Para ele a origem das grandes oleadas de migração em direção as cidades foram gravemente provocadas pelos ajustes econômicos impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial. Sendo que as medidas consistiam na desvalorização da moeda e diminuição da presença do Estado, provocando desemprego urbano junto com uma forte presença de capital no âmbito rural, gerando expulsão populacional. Segundo ele este ritmo de assentamento desprovido do cuidado e da intervenção do Estado como alternativa para a maioria das populações, tende a ser a regra e não a exceção. O autor destaca a criação de modelos racionais que conforma tipos diferentes de assentamento em cada pais, mais que apesar das especificidade quanto a cada contexto tem relação nas suas causas e também nas suas conseqüências. Sendo uma escolha e uma decisão difícil, e influenciada por vários fatores como o custo habitacional, a garantia de pose, a distancia do trabalho e etc. Ele chama atenção para a generalização de esse tipo de assentamentos que a pesar de ter uma certa uniformidade cada espaço tem seus processos e especificidade. O autor chama a atenção a ineficácia das medidas adotadas pelos Estados para solucionar a realidade de essas ocupações precárias, segundo

o autor tem mais a ver com uma clara ação proposital, ou dito de outra forma, de uma inação deliberada. As primeiras migrações e a falta de oportunidades, que provocou muita pobreza e miséria, e assim limitou o bem estar urbano para muitos, junto com todos esses processos, seria resultado, segundo palavras do autor do não tão distante “colonialismo europeu”. Isto poderia ser tomado como a origem histórica de segregação das mega cidades onde parece existir uma distinção entre cidadão de primeira e cidadão de segunda categoria. Essa injustiças sociais são assim mesmo representadas na própria ocupação e distribuição do solo urbano. As ações governamentais na maioria das vezes para agir frente a este tipo de fenômenos tem dando origens a ideologias de “limpeza” e “embelezamento” dos espaços. E as políticas habitacionais tem sido, historicamente, captadas e de alguma forma influenciadas, pelas classes médias e as elites urbanas, sendo a especulação imobiliária um negocio muito rentável, que de alguma forma gera renda a partir da exploração dos mais pobres. Isso fica evidente nas observação das políticas urbanas lançadas nos anos 90 pelo Banco mundial, que incentivam por um lado a autonomia para a construção das próprias habitações, os programas conhecidos como os de “construa você mesmo”, que deixavam a grande parte da população na interperie dos mecanismos cruéis e especulativos do mercado, sem considerar o grau de exploração por trás dessas iniciativas. Uma prática clientelista comum que se deu no contexto desta difícil situação, foi a concessão de títulos de propriedade e de lotes urbanizados, o que provocou profundas desestruturações e diferencias sociais e urbanas.

Outra prática que se fez comum, foi o ataque ideológico em relação a essas áreas periféricas, e assim legitimar ao mesmo tempo, um outro tipo de periferia, a dos condomínios ricos e fechados, se defendendo com argumentos de criminalização e medo na cidade. O autor chama a atenção sobre o mito da informalidade, desconstruindo essa visão utópica de que a informalidade torna os indivíduos libertos, sustentando a precariedade do mercado de trabalho informal ao mesmo tempo culpabilizando a população mais pobre pela sua “empregabilidade”, como uma dos mecanismos de explicação da miséria. O autor assume a dificuldade comparativa e aceita o risco de reducionismo quanto as causas do que chama uma “superurbanização” precária ou de “favelas sem cidade” .

CAPÍTULO 2: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO

Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE⁸, a população brasileira passou no ano 2000 de 170 milhões de habitantes para 190 milhões em 2010, sendo que 160 milhões desses habitantes, 89,50% da população brasileira, vive em áreas urbanas, o que representa uma concentração bem acima da média mundial, com um 70%. Esse intenso, acelerado, e questionável planejamento e processo de urbanização, se deu tardio, e é apontado como primeiro fator responsável pelo aumento da população urbana e assim o surgimento de favelas e moradias “espontâneas” e precárias. Esses fatores associados a um contexto internacional de industrialização, coincidentes às crises que levaram a um ajuste neo-liberal da economia, de um país em desenvolvimento como o Brasil, afetaram, principalmente, a oferta de trabalho nas grandes cidades. Os intelectuais e empresários, a partir do 1930, indicavam a indústria como o meio para superar o estágio de desenvolvimento que eles percebiam no Brasil. Se observam profundas linhas de ação por parte do Estado sobre o país no século XX, promovendo a partir dos anos 1930 o crescimento urbano segundo as novas necessidades de reestruturação da indústria por força de trabalho. As cidades industriais viraram pólos de atração de correntes migratórias, provenientes principalmente do campo, dada entre outras coisas, a institucionalização do salário mínimo no ano de 1940, e pela chamada as novas atividades industriais urbanas, NUNES (1997). Trata-se do momento em que o Estado brasileiro passa a intervir tanto no processo de produção como no mercado de aluguel, abandonando a postura de deixar a questão da construção, comercialização, financiamento e locação habitacional às “livres forças do mercado”, que vigoraram até então. Esta nova postura do Estado brasileiro na questão da habitação foi parte integrante de uma estratégia muito mais ampla, colocada em prática pelo governo Vargas, de impulsionar a formação e fortalecimento de uma sociedade de cunho urbano-industrial, capitalista, mediante uma forte intervenção estatal em todos os âmbitos da atividade econômica (OLIVEIRA, 1971).

⁸ <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo>, última entrada dia 11 d agosto de 2014.

A falta de um planejamento coerente com essas dimensões populacionais, provocou que a massa de trabalhadores do meio rural, que chegavam nas cidades, pela amplíssima demanda de mão de obra, lhes foram destinadas às piores formas e meios de moradia em todas as grandes cidades e centros industriais, estas criadas sob a forma de habitações populares. Esse tipo de habitações predominou até o séc. XIX, e constituiu o paradoxo das questões habitacionais da época, sendo que eram esses os lugares destinados à essas populações de migrantes, advindos na maioria do meio rural, e ao mesmo tempo eram estas identificadas como áreas perigosas e de focos de propagação de doenças, ocupadas pelas “classes mas perigosas”, assim interpretado pelas concepções higienistas e racionalistas da elite dominante, que achavam conveniente sua desapareição. Historicamente e seguindo essa lógica, estas populações sempre foram empurradas para cada vez mais longe da cidade, mais independente disso, seus serviços continuavam a ser demandados na industria. A transferencia dessas populações para longe dos centros urbanos derivou na valorização dessas áreas, criando um circulo viciosos em que a especulação imobiliária se beneficiava, e estas populações a falta de outras opções, passavam a ocupar espaços ainda mais periféricos, distantes da cidade, em morros ou áreas pouco valorizadas pelo mercado imobiliário, se gerando assim as favelas. Utilizamos no capítulo anterior o termo periferia para designar esse tipo de processo sociais e urbanísticos mais a partir de agora nos dirigiremos a ele com o conceito de favela, característico e assim denominado dos processo brasileiro.

O principio de Função Social da Propriedade, que consta nas Constituições brasileiras desde 1934, e se encontra no Artigo 182 da Constituição Brasileira de 1988 tem a proposta de estruturar a política urbana no país, apresentando instrumentos de democratização da gestão autônoma municipal, da regularização fundaria e da redistribuirão da renda gerada na cidade. Visando a implementação dos princípios e instrumentos previstos na Carta Mundial, foi desenvolvida uma legislação, o Estatuto da Cidade, de abrangência nacional para regular a questão urbana, e esta foi aprovada em julho de 2001, após um longo processo que durou quase uma década. No processo de urbanização no Brasil, a industria, e por tanto a sociedade burguesa, trouxe para as cidades, centros do poder, as classes trabalhadoras, provocando um enorme crescimento e expansão dentro das metrópoles. O processo de modernização, que acompanhava as maiores potências capitalistas, influenciou o Brasil no seu processo inicial de urbanização, quando a industria urbana se tornou o eixo da economia nacional, e esse processo segundo indica MARICATO (2002) carregou os atrasos da sociedade arcaica, a partir de novas formas, conservando muitos dos antigos males, como o patrimonialismo, típico do estado colonial português, e do clientelismo, que através de seus sistema de troca de favores pretendia enfraquecer o capital social e humano. O surgimento do trabalho livre foi sempre marcado pelas influencias dos setores contra a abolição do escravismo, e no contexto nacional a formação das cidades

confundia-se com o processo de conquista do território que se guiava por interesses sobretudo econômicos, NUNES (1997).

Esse processo de urbanização foi rápido, intenso e desestruturado. Em 1940 a população urbana no Brasil era de 26,3% do total da população, e no ano 2000 ela era de 81,2% , por tanto em 60 anos os assentamentos urbanos foram ampliados de forma a abrigar mais de 125 milhões de pessoas⁹. Eram necessárias umas importantes reformas urbanas para abrigar esse enorme contingente de migrantes, mais o urbanismo que se instalou era característico do movimento modernista, que embelezava os centros e implantava bases legais para um mercado imobiliário de lógica capitalista, e ao mesmo tempo em que a população excluída, por meio dos mecanismos da especulação imobiliária era expulsa para fora dos limites da “cidade legal”. O processo de urbanização foi fortemente marcado pelo tradicional poder político relacionado ao patrimônio pessoal, e assim a burguesia industrial dominava a hegemonia política, enquanto o Estado se dedicava a investir em infra-estrutura que serviria para o desenvolvimento industrial. Assim esse projeto de fortalecimento da atividade industrial nos trilhos que estava se conduzindo e na forma como estava sendo pensando, iria reforçar ainda mais as desigualdades sociais e regionais do país. Durante os anos de 1930 ate o ano de 1950 o mercado interno se fortaleceu, mais depois, a dependência externa influenciou e interferiu decisivamente na produção do ambiente construído, com uma dependência em relação aos países desenvolvidos, muito forte e limitante.

É uma realidade brasileira a segregação sócio espacial das moradias da população de baixa renda que acontece nas favelas do país, lugares sem infra-estrutura, muitas vezes situados em zonas de risco. O próprio fato de ter que viver na “cidade ilegal” aquela que não faz parte do centro controlado, apropria uma condição a esses moradores também de ilegalidade do ponto de vista da cidadania, atribuindo-lhe praticamente, uma condição de “sub-cidadania”. Esse processo de urbanização foi comandado por um processo de desenvolvimento sócio-económico que provocou a aparição de cidades fortemente marcadas pela desigualdade, excluindo milhões de brasileiros do acesso ao solo urbano e a moradia.

O contexto internacional dos anos favoreceu, influenciou e conduziu o período desenvolvimentista no Brasil, que se basearia em qualquer tipo de política econômica baseada na meta de crescimento da produção industrial e de infra-estrutura, com uma participação ativa do Estado, como base da economia e com um conseqüente e esperado aumento de consumo, o que provocou o endividamen-

⁹ Dados de “Favelas – um universo gigantesco e desconhecido”, Ermínia Maricato, 2002, pg.2.

to em moeda estrangeira e de crescimento acelerado. Os impactos desses processos conduziram umas mudanças próprias dentro do próprio país que mudaram sua estrutura interna com a emergência de fatos como a privatização dos espaços públicos, a multiplicação dos condomínios fechados, ditos horizontais, da estigmatização da pobreza e da violência urbana. Estes decorrentes em certa parte da ampliação do desemprego urbano e do aumento da informalidade, entendidas como estratégias de sobrevivência dos mais pobres (RIBEIRO, 2004, p. 5). A análise do contexto econômico, nos padrões de urbanização sobre a produção do espaço, mostra os efeitos dos processos metropolitanos na pobreza urbana, e da importância dos fluxos migratórios, revelando em que medida a estrutura interna das cidades esta diretamente vinculada às mudanças em sua sociedade e economia, refletindo no espaço o aprofundamento do desenvolvimento desigual. Sendo que podemos considerar que essas ações de gestão do território constituem praticas políticas e sócias do espaço.

As transformações na sociedade capitalista refletiam as mudanças nas grandes cidades industriais. Os países capitalistas, e principalmente os países em desenvolvimento visavam a urbanização como o mecanismo para modernização das sociedades e assim o ingresso na industrialização, o que levou a divisão social e técnica do trabalho. Assim os pressupostos da lógica capitalista se implantaram na urbanidade da cidade com o intuito de influenciar e direcional a sociedade. Assim BOYER (1983) fala sobre a “ordem disciplinaria” aplicada ao espaço da cidade, para controlar e evitar os conflitos sobre a ordem capitalista, ampliando a ideia racionalista para o controle e influencia do planejamento das cidades. Assim o Brasil, como outros países de industrialização fordista na época, e depois pos-fordista, articulada sobre o conceito de produção e consumo em massa, foi urbanizando suas principais cidades segundo a lógica produtiva industrial, hierarquizando rigidamente os espaços urbanos e os serviços ligados a reprodução. A extensão da urbanização segundo esses métodos provocou uma suburbanização de periferias pobres, deixando no centro as organizações de poder.

A partir de 1964 foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), integrado ao Sistema Financeiro de Habitação, criado pelo regime militar, e assim se produziu um cambio no padrão de produção, que provocou uma explosão imobiliária, que pelos seus mecanismos não democratizou o acesso a terra por meio da função social da propriedade, que priorizou as classes meio altas. Essa classe meia alta urbana se consolidou enquanto se mantia a grande maioria da população urbana sem acesso a direitos sociais e civis básicos. Durante as seguintes décadas, nos anos 80, que se considerou economicamente no Brasil como uma época perdida, se ampliou amplamente a desigualdade social, afetando como sempre, os mais desfavorecidos, sendo que o crescimento aumentou mais nas periferias do que nos núcleos centrais. As conseqüências e tragédias urbanas, foram reforçadas nesses anos de não crescimento, mais tem seu origem nos primários anos da formação brasileira, com a

privatização da terra (1850) e o fim do escravismo (1888). O crescimento urbano sempre foi acompanhado de profundos processos de desigualdade social, desde a emergência do trabalhador livre, quando as grandes cidades passaram a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação, assim como da vida do próprio trabalhador que vê sua condição convertida em mercadoria, estando definitivamente associados os processos de urbanização e por tanto de moradia com o modelo de produção e industrialização e por tanto de desenvolvimento.

Na sua produção do espaço urbano se investiu muito nas áreas centrais das grandes cidades, como resposta a falta de alternativa para empreendimentos eficazes na questão do problema habitacional, sendo que a população mais carente não tinha condições para arcar com as despesas do programa do Banco Nacional de Habitação (BNH). CASTELLS (1977) foi um dos autores que deu início as formulações de cunho marxista sobre os estudos urbanos e regionais, ele escreveu e estudou os movimentos sociais urbanos das cidades, e principalmente a politização do espaço. Assim como LEFEBVRE que escreveu sobre o “direito a cidade”, e “a vida cotidiana no mundo moderno” entre outros. L.VREEFEB também propunha uma politização do espaço urbano, do espaço da vida, denunciou a estratégia de classes dominantes para exclusão das classes trabalhadoras do espaço do poder, mostrando o caráter repressivo da sociedade burocrática de consumo dirigido que se forjara no capitalismo industrial. Explicitou como o capital sobrevivia, reproduzindo através do espaço as relações dominantes de produção, sendo a produção do próprio espaço idéia central no seus estudos.

O Brasil por tanto, assim como outros países sofreu um processo de urbanização rápido, acelerado e intenso que reestruturou todo o espaço-regional e junto como ele a sociedade como um todo, assim como sua divisão social do trabalho. A segregação espacial advinda dessa profunda urbanização intensificou as lutas de classes refletidas dentro da própria cidade. Os problemas rurais, que sofriam também da falta de recursos, de desemprego e etc, se apaziguaram, mais definitivamente não desapareceram, sendo que a questão agrária, a questão do solo e da terra improdutiva em mãos de poucos continuo sendo um tema de luta.

A décadas ditas perdidas e épocas de ajustes neo-liberais, afetaram o Brasil muito mais do que outros países desenvolvidos, tendo como base uma sociedade que já era historicamente desigual, na qual direitos como previdência social, habitação e etc, eram restritas a uma muito pequena parte da sociedade, e assim o desemprego e a pobreza foram se aprofundando. Fatos como o aumento do desemprego foram consequência destes ajustes, e assim outros problemas decorrentes desses problemas. Existem dados, por exemplo, que evidenciam uma clara relação direta entre espacialidade e violência nas áreas nas quais no geral predominam as piores condições de moradia e urbanísticas.

Milton SANTOS (1999) enunciava que a vida na periferia urbana constituía um exílio, reforçando os dados que indicam claramente que os bairros de baixa renda são os de pior mobilidade, e assim também, paradoxalmente ao contrario.

Podemos dizer que o direito a invasão, para as populações de baixa renda, hoje em dia, é de alguma forma, “tolerado”, mais não o direito á cidade, sendo que a estas comunidades, por viverem em lugares não legalmente permitidos, lhe são negados outro tipo de serviços e direitos, assim uma grande parte da população vive excluída do mercado residencial privado, e da produção formal da cidade, assim como o convívio com a falta de saneamos básicos. O desenvolvimento urbano no Brasil por tanto tem características históricas de uma sociedade de raízes coloniais que nunca rompeu com a assimetria em relação a dominação externa nem com o patrimonialismo e o privilegio. A industrialização baseada em baixos salários determinou muito do ambiente a ser construído , ao lado do grande contingente de trabalhadores que permaneceram na informalidade, os operários empregados no setor industrial não tiveram seus salários ajustado pela necessidade da sua reprodução com a inclusão de gastos com moradia, transporte e etc, por exemplo. Essa cidade ilegal é um sub-produto dessa complexidade verificada no mercado de trabalho e da forma como se processou a industrialização. Florestan FERNANDES (1958) usa o termo “modernização com atraso” para definir essa época. É claro o profundo deslocamento entre retórica e realidade em relação à aplicação das leis, e esse paradoxo pode ser aplicado as circunstancias dentro da cidade, sendo que existe uma correlação muito forte entre a lei urbanística e o mercado imobiliário, e essa especulação acaba por excluir grande parte da população do acesso a empreendimentos destinados a construção de moradia, e provocando que o mercado imobiliário deixe de fora mais da metade das populações urbanas. O direito a moradia, alem de protegido pela constituição, consiste em um dos direitos mais fundamentais para qualquer pessoa no seu desenvolvimento humano, social, familiar, de trabalho, e em resumem, vital. E tendo estas necessidades, e direitos restritos sem uma alternativa de habitação regular, a população tende a apelar para para seus próprios recursos, sendo as opções limitadíssimas, e as conseqüências desse universo de construção, ignorada na majora das vezes pelo Estado, são muito trágicas dadas suas dimensões e seu limitado horizonte de mudança.

2.1. O processo segregação sócio-espacial no urbanismo de Brasília.

“Quando morri, um dia abri os olhos e era Brasília. Eu estava sozinha no mundo. Não chorei nenhuma vez em Brasília. Não tinha lugar. – É uma praia sem mar. – Em Brasília não há por onde entrar, nem por onde sair. Todo um lado de frieza humana que eu tenho, encontro em mim aqui em Brasília, e floresce gélido, potente, força gelada da Natureza.”

Clarice Lispector, “Brasília: cinco dias”.

A ideia da construção de Brasília, foi uma idéia de um sonho que foi se construindo no imaginário do país desde o século XVIII. Mesmo antes da independência, Tiradentes já escrevia sobre o assunto. Após a República o assunto fez objeto das diferentes Constituições, e em 1892 foi enviada a Missão Cruls que esturdiaria a região para delimitar o território. Mais foi nos anos 1950 com a vitória de Juscelino Kubitchek que o projeto se concretizou, com a bandeira da Integração nacional, a empreitada se chamou “Cinquenta anos em cinco” e concluía, por tanto, com a construção de Brasília (PAVIANI, 1985).

A transferência da capital se deu em pleno século XX, momento em que o Brasil estava passando por diversas reestruturações internas, o eixo da economia estava se centrando na industrialização e as massas de imigrantes que saíam do campo se dirigiam em massa em direção à cidade, que era onde se encontrava o capital. A ideia de mudança e transferência da capital significava a realização de um projeto maior, mais abrangente, por tanto a industrialização era a solução vislumbrada para se livrar da dependência econômica externa que vivia o país, para assim atuar como mecanismo modernizador. A modernização que estava se buscando para a sociedade unicamente podia acontecer no meio urbano, que representava o centro de difusões, de relações comerciais, que no final das contas, repercutiriam na convergência das forças políticas do país como um todo (NUNES, 1997).

Brasília foi construída e inaugurada nesse contexto, em que a partir do processo urbano se buscava um novo modelo de sociedade. Segundo HOLSTON (1993), a arquitetura que influenciou a construção da capital era entendida como o mecanismo capaz de viabilizar novas formas de sociabilidade, provocando mudanças radicais de valores que podiam inverter a dinâmica social brasileira. Ironicamente pela concepção utópica que carregava a construção da cidade, esta, interpretava-se

como a solução e antídoto da estratificação social e espacial, que vinha de uma ordem excludente característica da maioria das grandes cidades brasileiras. Brasília, que carregava tão fortemente as intenções igualitárias de sociedade, demonstrou ao longo dos anos e pelo seu processo de construção que essa ordem e racionalização buscadas só aconteceriam em seu interior, no Plano piloto, aquele planejado. Enquanto se afastava a desordem para fora “dos limites”, criando nela mesma, e quase propositadamente, um espaço diferenciado, uma periferia, como aconteceria na grande maioria das metrópoles brasileiras, que não foram planejadas.

O Presidente Juscelino Kubitchek chamou os pioneiros e trabalhadores de todo o Brasil para se unirem na empreiteira de construir juntos a mais nova capital do país, como símbolo de modernização, progresso e de união. As construções viveram um ritmo muito acelerado e ao pouco tempo do início das obras já tinham chegado densos contingentes de imigrantes que se embarcaram orgulhosamente na construção da “capital da esperança”, como era chamada. O Plano piloto tinha uma previsão de abrigar umas 500.000 pessoas no ano 2000, segundo cálculos dos planejadores. Em 1985 o conjunto urbano de Brasília contava com o triplo da população que tinha sido esperado para o Plano Piloto no seu planejamento inicial, e assim a evolução do crescimento populacional emergiu com um padrão prematuramente diverso daquele que tinha sido planejado na década de 1950. Em 1956 a população contava com cerca de 500 trabalhadores e em 1960, apenas 4 anos depois, já chegava as 127.000 pessoas. A população agrária do entorno teve um crescimento muito limitado em comparação a população urbana que chegou a experimentar um crescimento de quase 390.000 pessoas na década. Segundo mais dados do autor, 66,3% do aumento dessa população foi devido à imigração, e o outro 33,7% foi devido ao incremento vegetativo, que continuava em alça¹⁰. Durante a primeira década depois da construção da capital, e dados os desníveis na continuidade da construção civil, a economia local foi cada vez sendo mais atrelada, fato que marcaria profundamente o funcionamento da cidade em si mesma. Na década de 1970 a 1980 a cidade passou por um processo de consolidação em relação a implantação de todos os órgãos políticos e internacionais, fortalecendo seu contingente de poder aquisitivo. Nessa década a cidade ultrapassou o milhão de habitantes, com um incremento de quase 650.000 pessoas, (PAVIANI, 1989).

Durante a construção e para terminar as obras a tempo, os operários tiveram que fazer esforços extras, com sobre exploração da força de trabalho, as obras não paravam praticamente em nenhum momento. O ritmo de construção foi acelerado, e a capital conseguiu ser inaugurada o 21 de abril de 1960. Ao mesmo tempo que os operários trabalhavam arduamente para construir todos os serviços

¹⁰ dados de PAVIANI, A. Brasília (1989): A Metrópole em Crise. Brasília, Ed. UnB, 1989.

essências que a cidade precisava, os acampamentos das construtoras onde os operários ficavam eram muito precários, assim como eram as condições de trabalho que lhes eram oferecidas. Existem fatos, por exemplo, sobre a violência da GEB (Guarda Especial de Brasília), que era um tipo de policiamento especial que tratava de “controlar” os operários e seus protestos, quando estes, regularmente, tinham que questionar as condições de trabalho que lhes eram oferecidas. Tiveram varias mortes causadas por essa repressão, como aconteceu na Vila Planalto, que era um acampamento de operários, perto das principais construções. No ano 1959 depois de um protesto por parte dos operários em relação a à alimentação que recebiam, a policia da GEB foi demandada pela gerencia da obra e na noite dessa madrugada ametralharam os operários durante seu sono, e enterraram eles em um local desconhecido. A investigação foi clausurada e nunca se responsabilizou ninguém.¹¹

Inicialmente com a chegada dos operários foram instaladas os primeiros serviços para o atendimento dos pioneiros, e assim se criou a “Cidade Livre”, que depois virou o Núcleo Bandeirante, foi a primeira “cidade” a ser ocupada pelos operários, ela foi implantada para abrigar esses trabalhadores, porem estava nos planos ser destruída depois da inauguração da capital. Foi graças a mobilização e luta popular, que a população conseguiu se manter no lugar e criar de fato a cidade. Depois da inauguração do Plano Piloto, tendo a maioria dos acampamentos destruídos e não tendo habitações suficientes e acessíveis para todos, os trabalhadores ergueram suas casinhas, chamadas de barracos pelo material utilizado, ao logo dos “limites da cidade” e dos canteiros de obras, sendo que não se tinha nenhum plano concreto para localizar essa população. A “Cidade Livre” então, foi fixada com a denominação de Núcleo Bandeirante, e foi aorredor dela que surgiram as primeiras e maiores favelas do DF. Estas com o tempo viraram cidades-satelite como Taguatinga em 1958, que ao longo do tempo foi se consolidado ate virar um outro polo económico de Brasilia, mais nunca comparável a do Plano piloto. Ceilanda foi implantada em 1971 e em 1989 foi o turno de Samambaia. A sigla CEI, de Ceilandia vem da organização do GDF, da “Campanha de Erradicação de Invasões”, que cadastrava os “favelados” e expulsava eles dos terrenos públicos por eles ocupados para áreas distantes e desprovistas de infra-estrutura. Assim a Ceilandia se “criou” para abrigar as quase 82.000 pessoas que foram removidas das diferentes favelas instaladas nos aorredores do Plano Piloto, como as favelas da IAPI, as vilas Tenório, Esperança, Bernardo Saiao e o Morro do Querosene.¹² Assim a política de implantação de grandes conjuntos habitacionais distantes foi a regra. Brasilia acabou se

¹¹ O massacre de Pacheco Fernandes Dantas em 1959: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília

Nair Heloisa Bicalho de Sousa.

¹² Dados de DOYLE, Patrícia Colela. Comercialização de habitações populares em Brasília. In PAVIANI, Aldo (org.). Brasília: moradia e exclusão. Brasília: ed. UnB, 1996.

estruturando como uma área metropolitana, e como tal deveria ter sido administrada tomando em conta sua complexidade. As 19 regiões administrativas, na época, do DF se desenvolveram de forma diferente a nível populacional, e de condições de equipamento e de meios de consumo, sendo Brasília considerada uma metrópole em razão da sua magnitude. As periferias, originárias das expulsões do centro, mantinham uma forte dependência econômica e empregativa em relação ao centro, muito difícil de suprir com as iniciativas da época (PAVIANI, 1976).

Os 500.000 habitantes que tinham sido previstos para ocupar o Plano piloto não se encontravam no centro, tendo as cidades satélites englobando mais de um milhão de habitantes. O preço das habitações do centro limitou o acesso a uma pequena parcela da população. Não existiu um planejamento adequado para as reais condições que se apresentavam, pelo que não se adaptaram mecanismo capazes de contemplar toda essa massa de imigrantes, o que provocaria entre outras muitas coisas a ampliação desestruturada do entorno. Essas circunstâncias tiveram um forte peso na pressão ocasionada sobre a oferta de bens e serviços, e por tanto, de habitação e emprego. A verdade é que a maioria da população “Brasiliense”, vivia em situação de baixa infra-estrutura física e social. (PAVIANI, 1985) . Desde sua construção, Brasília foi inserida em uma lógica de segregação territorial, e assim paralelamente à cidade “legal” foram aparecendo as “cidades livres”, com a característica de que a maioria das terras eram não regularizadas e no contexto de Brasília tinham uma base jurídica carregada de ambigüidade legal. O que levou a o aparecimento de centros urbanos criados espontaneamente as margens do Estado por parte daqueles que não tinham meios para se inserir no Plano piloto. Como diz NUNES (1997):

“isso porque, depois de décadas de exclusão, a maioria da população parece que cansou de esperar a inserção social, criando novas formas de vida”(p.81)

Sendo que todas as cidades satélite e assentamentos urbanos da capital foram constituídos por populações “erradicadas” de favelas, fica claro que a capital, teve um projeto, não implícito , mais muito claro, de exclusão sócio-espacial da população pobre, ate antes mesmo da sua inauguração. Pela falta de variáveis e iniciativas sociais e ambientais agregadas ao projeto físico-territorial e arquitetônico, não pode se considerar uma cidade planejada com visão de totalidade e não excludente. Para piorar a situação, as crises políticas dos anos 60 e 70 seguidas da renúncia do Presidente Jânio Quadros em 1961, do golpe militar de 1964, e do fechamento do Congresso em 1968, tiveram uma influencia negativa na cidade, e abateram numa crise econômica que afetou atividades como a construção civil, o comercio e outros serviços, provocando fortes ondas de desemprego, enquanto as on-

das migratórias continuavam chegando, assim como o incremento vegetativo estava em alta, tendo a metade da população de Brasília vivendo em acampamentos e favelas (PAVIANI, 1976).

Um dos maiores impactos desses acontecimentos foram as “lacunas de trabalho”, surgidas pela falta de ofertas de emprego, principalmente nas cidades satélites, em relação às populações economicamente ativas, o que promoveu como única opção o trabalho precarizado. Desde 1970 o Plano piloto possuía a maioria dos centros empregativos e estabelecimentos de prestação de serviços. No meio dos anos 1970, o percentual de população ocupada estava em torno de um 55,7%, sendo que as outras localidades, as periféricas não detinham nem um terço do pessoal¹³. O Plano piloto era o lugar das atividades nobres, melhor remuneradas, e detinha renda per capita muito superior à média do DF. As pessoas que moravam no Plano piloto encontravam-se perto dos locais de trabalho, enquanto que uma grande maioria, que praticamente não tinha acesso a uma opção de empregos, estava a procura. E os que conseguiram um emprego, eram obrigados a se deslocar grandes distâncias e por tanto gastar em transporte uma alta parte do seu salário. Brasília tinha um sistema centralizado de oportunidades de trabalho e de rendas mais elevadas, enquanto que a grande maioria morava em núcleos desprovidos de qualquer serviços no geral. Brasília teve que se deparar com os mesmos problemas das grandes cidades metropolitanas, com o agravante de ser uma cidade tombada, na qual não existia muito espaço para modificações urbanas. De fato não existiu um planejamento, e sua área se consolidou de forma desigual, sem ter um perfil de empregos como requereria um planejamento sócio-económico, e sem a possibilidade de implantação de indústrias (PAVIANI, 1985).

Aquilo acarretou para a grande população que vivia fora do Plano Piloto, graves problemas de inserção, em relação às distâncias e por tanto aos deslocamentos para os lugares de trabalho, e também de serviços, sendo que praticamente só se encontravam no Plano piloto. As cidades satélites depois de abrigar mais de um milhão de pessoas apresentava graves problemas em relação às condições da sua expansão, já desde os anos 80 sofreram da falta de infra-estrutura e planejamento com o qual tinha se deslocado essa população. Como medida foi elaborado o Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT).

A cidade de Samambaia é por exemplo o primeiro loteamento construído seguindo as linhas do Plano de Expansão e Organização Territorial do DF, PEOT (1977), ela foi implantada e seus moradores assentados sem ter qualquer tipo de oferta de emprego, constituindo-se como os demais nú-

¹³ Dados de PAVIANI, A. (1985): “A metrópole terciária”, In Paviani, Aldo (org.) Brasília, Ideologia e Realidade: Espaço Urbano em Questão. São Paulo, Ed. Projeto/CNPq.

cleos do DF, em cidades-dormitório do Plano Piloto. A cidade se implantou sem condições de infraestrutura, apesar disso, essa população ajudou a eleger o eleitor que tinha oferecido esse tipo de moradia, acontecimento quase geral dentro desse contexto. Esta lógica faz parte de um processo de práticas clientelistas e paternalistas por parte do eleitor, sendo que mesmo as condições oferecidas serem ruins e assim seus meios e fins interesseiros, foi entregue a este grande contingente de população uma moradia, mesmo que precária.

Os momentos de oferta de habitação aconteciam normalmente em períodos próximos as eleições, com interesses puramente eleitorais. O período de 1985/1987 com o governo de José Aparecido, foi marcado pelo não atendimento da questão de habitação. Por outro lado se tomaram outro tipo de medidas, surgiu o programa “Retorno com Dignidade” no qual o governo pagava a passagem de volta do migrante para sua terra, e também o “Entorno com Dignidade”, em que se transferiam para o estado de Goiás as pessoas que moravam em favelas. Claramente esses programas falharam por motivos óbvios além de significar um tipo de mecanismo totalmente segregador e ilegal. Um dos motivos de não funcionar, foi a falta de coordenação de políticas públicas que englobassem o contexto social. Essa população foi simplesmente mandada para fora, em locais onde não existia oferta de emprego e por tanto onde não tinham possibilidades de se manter, e por tanto assim continuavam voltando para Brasília, pensando que tal vez algum dia poderiam fazer parte daquele grupo tão bem sucedido que morava no Plano Piloto. No seguinte mandato, o então governador, Roriz (1988/94) atuou na posição extremamente oposta com a intenção de contrastar com as políticas anteriores, esperando assim se popularizar como o governante generoso e salvador. Sua proposta tinha um viés claramente populista, usando a questão da habitação com fins eleitorais. Era característico das políticas do Roriz implantar os assentamentos populares em lugares e por meios que geravam grandes impactos ambientais. Roriz em um período eleitoral de dois anos chegou a transferir mais de 120.000 pessoas. Ele iniciou a construção do metro, que constituiu uma das obras mais superfaturadas e especulativas da história de Brasília, sendo que o problema do transporte apesar de ser uma questão urgente e real teria sido melhor resolvida com outro tipo de transporte. A proposta populista do Roriz tinha um método de ação que visava a constante desarticulação dos movimentos populares autênticos, e da alienação da população, se aproveitando das carências e necessidades destes (GOUVÊA, 1995).

Os “assentamentos semi-urbanizados” foram implantados, sob a pressão das camadas populares em épocas eleitorais, e o montante de assentamentos implantados não esgotou a demanda por moradia, existindo várias embates eleitorais entre os próprios eleitores que usavam a questão da moradia como mecanismo de conseguir votos. A indústria de invasão se beneficiava da necessidade de muitas

pessoas que não tinham moradia e se viam obrigadas a ocupar áreas públicas, e vazias, que na verdade, costumavam ser muito valoradas, e assim as empresas imobiliárias, neste caso a empresa estatal TERRACAP, acabavam se beneficiando (PAVIANI, 1996). Brasília contemplava dentro do Plano Piloto os aluguéis mais elevados do Brasil. Toda esta lógica fazia parte de uma especulação imobiliária muito gananciosa à repartição das terras estatais, que criava uma falsa imagem de escassez em uma cidade onde o fator abundante era a terra. Existia uma perigosa aliança entre o poder estatal e os interesses do mercado imobiliário. Inserindo-se o espaço local na lógica do poder urbano do país, facilitado por uma forte máquina burocrática com acesso automático as decisões do planejamento urbano. Por isso e por muitos mais aspectos Brasília tinha e tem uma cultura urbana singular em relação as outras cidades, como por exemplo a homogeneidade racial da cidade, que era predominante branca, o que não significa que não existisse miscigenação, muito pelo contrario, as populações que povoaram Brasília, chegaram de todos os cantos do Brasil, mais para quem considerar Brasília “ o Plano piloto” podia lhe parecer uma cidade racialmente homogênea. Os imigrantes que povoaram a cidade foram denominados de “candagnos”, inicialmente na sua maioria eram operários, e foram esses trabalhadores que depois de construir a cidade foram praticamente expulsos dela. Sofrendo desde o inicio da sua construção com o capital imobiliário e seus mecanismos especulativos (NUNES, 1997).

O movimento que expulsava e expulsa os mais pobres cada vez mais longe, é um duplo processo de seletividade espacial e segregação social, e esse processo pode se dizer que faz parte da política governamental característica do Distrito Federal. Essa política urbana não toma em conta, a “*vital complementação*”¹⁴ do trabalho e da moradia, nem a mobilidade interna dentro do espaço, nem muitos outros aspectos essenciais. Até hoje a periferia ainda depende economicamente do centro, e por tanto tem uma reduzida taxa de participação da sua força de trabalho, acabando usando sua moradia como valor de troca e como renda (FERREIRA, 1996).

Como NUNES (2004) , aponta, as distintas ordens sociais, entre pioneiros e burocratas que ocuparam a cidade desde sua construção já marcaram suas linhas de exclusão:

“ o governo no criou uma cidade de burocratas [...] ele criou uma cidade para burocratas que eram uma minoria com acesso privilegiado a um âmbito publico que excluía a vasta maioria. Assim, mesmo antes da sua inauguração, Brasília era uma cidade estratificada, onde a incorporação diferencial era condição fundamental de sua organização social “ (p.205).

¹⁴ FERREIRA & PENNA (1996)

Segundo ele a distancia do Plano piloto com as outras posições de Brasília poderia ser usada, dentro do contexto particular do Plano Piloto, como uma medida que situa cada indivíduo numa diferente ordem social dentro da lógica da própria cidade (p.293)¹⁵. Os espaços públicos eram espaços restringidos, pelo projeto e pela organização, a setores privilegiados da sociedade, porque a cidade em nome do movimento modernista que defendia, combatia em prol da estética e da racionalidade da máquina, a mistura, a heterogeneidade das multidões. Criando espaços impessoais, limitados a um certo tipo de cidadão com um certo nível econômico que lhe permitia fazer parte da proposta que o Plano piloto oferecia. A arquitetura social da cidade projetava uma cidade homogênea que garantia a separação e a exclusão para as periferias dos movimentos contrários a ordem social que se pretendia estabelecer, (NUNES, 1997).

A situação do distrito federal nessa época exigia políticas públicas coerentes com a situação, sendo que os problemas eram graves, tais como: falta de oportunidades de trabalho, principalmente nas cidades satélite; a má distribuição dos equipamentos e serviços urbanos; as carências no setor habitacional, com falta de moradias principalmente na periferia; a segregação sócio-espacial que o Plano piloto promovia, e o transporte público deficiente. Este afetava principalmente essa população, não atendendo a demanda dos que mais o precisavam, que eram as classes trabalhadoras das periferias, que ao contrário dos habitantes do Plano piloto, na sua maioria na época não dispunham de carros, por exemplo, para se locomover.

Se construiu o Plano piloto nos moldes de um bairro de classe média, que estaria presente em qualquer centro urbano, mais que em este caso pretendia ter as dimensões de uma cidade “inteira”. Deixando fora dos limites da cidade legal todo aquilo que não mantivesse o padrão que se esperava, e assim foram se concretizando as dicotomias entre o Plano piloto e o resto, não só em questão de nomenclatura, mais em todos os tipos de níveis, de assistência, serviços e etc. Por isso choca o resultado dual que caracteriza o espaço,

“a concepção do seu plano urbanístico (o de Brasília) estrutura um espaço social próximo de padrões de um apartheid tupiniquim” (NUNES, 1997: 18).

O planejamento urbano de Brasília definiu de alguma forma concreta e planejada o resto dos processos econômicos e sociais, o urbanismo fordista aplicado promovia a necessidade de implantar um

¹⁵ ·Brasilmar Nunes, A fantasia corporificada, 2004.

Estado forte e burocrático, e essas intenções gerais interagiram com as condições específicas locais. Como diz PENNA “*as diferenças das lutas de classe não puderam ser ocultadas, expressando-se no intenso crescimento urbano das periferias satélite*”¹⁶. Foi, entre outras coisas, a falta de industrialização que não permitiu o surgimento polarizado e periférico de empregos.

O urbanismo mais recente é um processo que envolve todas as transformações que a sociedade lhes impõe. Como o indica PAVIANI (1996) é importante conhecer os atores e forças que impulsionam os processos de urbanização para poder entender “*as imposições*” e transformações que acontecem, sendo a cidade uma construção sócio-espacial. Os gestores urbanos, como indica o autor, são os encarregados de impulsionar mudanças, estas pontuais ou fragmentadas, e segundo atuam aliados as empresas imobiliárias ou não, podem redefinir os usos da terra urbana e assim ampliar os limites da cidade. Na sociedade capitalista a terra e seu uso são tratados como mercadoria e como fator de produção, e por isso diz o autor “*os que não têm acesso à terra são perifêricos social e geograficamente*”.¹⁷

Em Brasília já que a maioria das terras são públicas, quando existem terrenos desocupados, a grande maioria das vezes estrategicamente, e que vão se valorizando com o passar do tempo, são um claro reflexo da não distribuição equitativa dos equipamentos físicos e sociais, porque o inaccessível à terra “*conduz inexoravelmente ao inaccessível à escola, aos equipamentos de saúde pública, aos meios de produção e à própria reprodução da força de trabalho, como a moradia*”¹⁸. Esse tipo de especulação urbana tem marcado dois tipos de ocupação dos sítios urbanos, um tipo vertical que corresponde a construção de grandes prédios composto de muitos apartamentos, e um segundo tipo horizontal, característico da expansão periférica, que alarga os limites dos perímetros urbanos. O autor indica que muitas vezes estes tipos de movimentos acontecem simultaneamente, marcando as diferenças sociais que acontecem na cidade, muitas vezes causados pelo fato de uns estarem se beneficiando por causa da precariedade das condições de vida dos outros, o que passa uma imagem que mascara a amplitude da pobreza da periferia. Entendemos o acesso a terra como um processo que não se limita unicamente a questão da moradia, como também inclui questões como acesso a um bom trabalho, e a bens e serviços que são socialmente produzidos. As favelas ampliam a “mancha urbana”, ocupando terrenos ainda “não valorizados”, e que representa um refúgio para muitos.

¹⁶Ferreira; Penna, 1996, p. 197)

¹⁷·PAVIANI, A. (1996): “A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade”, In ·Paviani, Aldo(org.)Brasília: MoradiaeExclusão.Brasília,Ed.UnB, (p.26).

¹⁸ PAVIANI, Aldo. A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade? In. Brasília: moradia e exclusão. Aldo Paviani (org). Coleção Brasília. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 217-218.

Segundo a forma em que se dá a instalação da favela, e a resistência e organização da comunidade esta passa a ser um “espaço conquistado”, mais sempre, e ainda mais nos terrenos do DF, é considerado um invasor e esta sempre sujeito a remoção, por ocupar um terreno público inutilizado levado por uma grande necessidade e falta de opções, até que as mínimas infra-estruturas valorizem o local, e tenha que ir até mais longe, criando esse insaciável e perverso círculo vicioso. Milton Santos chega a usar a definição de *cidadão mutilado*, para se referir ao pobre ao qual mutila-se a cidadania, lhe negando o acesso a terra, por não ser um trabalhador, e não ser um completo consumidor e produtor do capital¹⁹. Brasília, segundo o autor, apresenta graves problemas em relação a questão da terra, do desemprego, da má distribuição da renda e da periferização e apartação sócio-espacial, estando estes internamente ligados com a organização do espaço urbano.

¹⁹ SANTOS, Milton. Espaço do cidadão. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993. 142 p.
Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC SEF, 1997.

CAPÍTULO 3: SOBRE A CIDADE ESTRUTURAL

*Eu sou a história de cada dia
Sou a luta de cada um e cada uma
Sou o incômodo da burguesia, a vitória dos esquecidos
Sou amada pelos meus
Temida por estrangeiros, sou multifacetada, mas todos insistem em ver
apenas minha origem
Nasci do Lixo, mas não sou continuação dele
Sou a transformação, sou a magia do sobrevivente.
Sou, contudo, a prova do seu desperdício material, do seu egoísmo e do seu mal.
Permita me apresentar: Sou Estrutural.
Dyarley Viana
Moradora da Cidade Estrutural e Pedagoga na ONG Coletivo da Cidade.*

3.1. Formação da cidade

No início dos anos 60, ainda durante a construção de Brasília, e mesmo antes da sua inauguração, foi escolhida uma área para ir depositando os restos de materiais de construção que iam sobrando das construções. Aquilo se concretizou em um aterro sanitário a céu aberto, hoje em dia o maior de Latino América, onde se depositaria e deposita até hoje, todos os resíduos de tudo o Distrito Federal, conhecido como o Lixão do Jóquei. A área se situava a pouca distância do Plano piloto, apenas a 12 Km, em uma área muito próxima ao Parque Nacional, assim como de outras cidades ditas satélite como Guará e Taguatinga, e se situava dentro da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá. Por vários anos, os resíduos sólidos coletados foram simplesmente despejados no local, sem um tratamento mínimo de separação dos materiais componentes do lixo, inexistindo preocupação ambiental quanto ao modo operativo dessa disposição. Algumas famílias de imigrantes que tinham chegado em Brasília foram se instalando nos arredores do lixo, atraídas pelas possibilidades de renda e trabalho que o lixão oferecia, por meio da recolhida de reciclagem e etc. Assim os catadores foram desde o início trabalhando no lixão e foram aos poucos consolidando uma comunidade que hoje em dia se tornou a cidade Estrutural. Nos anos 90 o boom demográfico que a região e também essa área

sofreram, re-estruturou as características e dimensões dessa comunidade, a população se diversificou, deixando de ser predominantemente formada por catadores, e as novas famílias foram ocupando novas áreas, mais próximas a via Estrutural. Nessa mesma época foi criado em 1989, o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA em frente à Vila, que abrigaria o maior centro concessionário de carros de Latino América. A região tinha sido considerada ambientalmente imprópria para habitação, devido entre outras coisas à proximidade com o Parque Nacional de Brasília e da área de depósito de lixo. O movimento político dentro e fora da comunidade, já era intenso nessa época, e diferentes lideranças comunitárias tentavam organizar e apoiar as famílias que iam chegando. Cristovam Buarque do PT, foi eleito como governador de Brasília no ano 1994, e sua eleição foi em parte muito sustentada pelo apoio que recebeu, principalmente, dos moradores da Estrutural, que ansiavam a concretização das promessas que o governador tinha feito. Na época de eleições tinha se reunido com as associações da Estrutural com a promessa da regularização da cidade. Assim, sobre essas expectativas novos moradores iam chegando, aumentando as dimensões da região. Teve um acordo assinado entre a ASMOES²⁰ e o GDF que determinava a desocupação da “Nova Vila”, como era chamada a nova área que em poucos anos tinha consideravelmente se expandido em relação a “Vila Antiga” que correspondia a primeira área inicialmente ocupado aos arredores do lixo. A desocupação dessa área se justificava pelo argumento de que correspondia a uma área de risco ambiental, e muito importante constar que depois da violenta desocupação da área, ela foi destinada paradoxalmente a abrigar o maior centro concessionário de carros do continente, com ampla infra-estrutura. O mercado automobilístico era muito forte e essas ações foram ocasionadas pela implacável demanda de mercado. Diante dessa situação algumas lideranças comunitárias apoiaram a resistência dos moradores que não queriam ser removidos e reocuparam a área. Essa ação foi interpretada pelo GDF como uma quebra de acordo, o que desencadeou uma série de enfrentamentos entre a comunidade e a polícia militar que agiu muito violentamente na repressão destas ações. O GDF decidiu agir com uma forte repressão policial, e levou a cabo a “Operação Tornado”, na qual vários policiais entraram nos barracos, de forma violenta, despejando os moradores, provocando a morte de um policial e cinco moradores, ferindo ainda 32 pessoas e prendendo outros 51. Os relatos “oficiais”, vindo por parte do governo, relatam a morte de seis pessoas, mais entre as histórias da memória da Estrutural o número é altamente superior. Durante muito anos se dificultou a vivência na cidade, por meio de uma grande repressão policial, digna de um estado de guerra. Nem a polícia, nem os serviços de atendimentos sanitários entravam na cidade, assim como alimentos e outro tipo de necessidades. A água era distribuída por caminhão pipa e a luz era acessível por meio de *gatos* feitos entre os vizinhos. Se pretendeu dar a população condições insus-

²⁰ Associação de moradores da Estrutural

tentáveis para animar a desocupação do lugar. Os moradores resistiram por muitos motivos, entre eles a do direito a buscar um sustento e viver nas melhores condições possíveis em algum lugar. A área da Estrutural, por estar num lugar privilegiado é uma área muito requisitada e visada pelo mercado imobiliário.

Em 2004, durante o mandato de Roriz como Governador do Distrito Federal (em 1991 e 1998) a cidade foi regularizada. O Roriz que foi eleito em 1998 e reeleito em 2002, e teve por motivos eleitorais uma ação deliberada na oferta de habitação, no seu mandato chegaram a se doar mais lotes que em nenhum outro mandato do GDF, isso lhe manteve como governado por oito anos e lhe concedeu vários benefícios, sendo que o mercado imobiliário, como já indicado anteriormente era um negocio muito rentável. Ele ofereceu lotes de forma desordenada e deliberada, prejudicando no processo, muitas vezes clientelista e emergencialista, as próprias condições de vida futura dos moradores. Sendo que doava lotes para os moradores, o que na época a falta de outras opções, era a possibilidade mais próxima à estabilidade. Dou- se para a população o direito de invasão mais não o direito a cidade, a usufruir e fazer parte dela.

A pesar da regularização da cidade, a luta pela cidade, a cidade de fato, precisou ser arduamente conquistado. As infra-estruturas e serviços mais básicos não começaram a ser implantados minimamente ate inicio do ano 2000, depois de quase quarenta anos de permanência. A área que os moradores ocupavam era pública, como a maioria dos terrenos do Distrito Federal, por tanto era considerada não uma ocupação mais sim uma invasão ao Estado. A mobilização da população se fez necessária e foi encaminhada pelas lideranças comunitárias, e no ano de 2001 foi criada a Prefeitura Comunitária da Estrutural (PRECES), que tinha o papel de organizar as demandas dos moradores para fazer pressão ao Estado para que atendesse suas demandas. Durante anos os moradores tiveram que fazer uso dos poucos recursos que tinham, uma prática que se fez muito comum, consistia no fechamento da Via Estrutural, por meio da queima de pneus que impedia o transito de carros, sendo a via de mais fluxo entre as “cidades satélite” e o Plano piloto, pretendendo fazer pressão ao poder público. Assim e por meio da constante mobilização política diferentes conquistas foram alcançadas. Existiam algumas tensões entre os diferentes grupos políticos que mais amplitude tinham na cidade. O grupo da Prefeitura Comunitária, pelo tipo de demandas aos quais teve que se enfrentar, tinha uma cultura política que lhe levava a ter uma postura mais ativa nas suas ações, para conquistar suas demandas. Por outro lado o grupo do José Edmar, tinha outro tipo de relação com a cidade, e mantinha relações com outros políticos, próximos ao Roriz, o que lhe atribuíram ter uma postura descaradamente mais institucional na suas ações. Este tipo de características e rivalidades, determinaram ate hoje o peculiar e vivo movimento político e comunitário na cidade. Em todas as quadras tinha um prefeito e a prefeitura promovia reuniões muito assiduamente. As lutas pela chegada de

políticas públicas na cidade precisou de uma constante e árdua movimentação por parte dos moradores e a vida comunitária era muito viva, tendo vinte e nove associações comunitárias, conduzidas por lideranças fortes, politizadas e autuantes, além de 19 Prefeituras de Quadras. O primeiro equipamento público a chegar na cidade foi o posto policial. As escolas não chegaram até o ano 2006, e até hoje são deficitárias pois não abrigam o ensino médio, tendo que obrigar ao deslocamento dos alunos para as outras cidades do entorno.

A estigmatização proposital à cidade era clara, e se fazia fortemente por meio dos meios de comunicação que retratavam os acontecimentos na cidade como ações violentas de uma comunidade de “catadores perigosos” que além de tudo eram insensíveis aos riscos ambientais que o lixão representava. Cabe lembrar que a decisão do local onde se situaria o aterro sanitário foi estritamente do âmbito do governo, e nunca por uma demanda ou ação dos cidadãos. Por tanto é importante ressaltar o papel ambiental, não reconhecido, que de alguma forma os catadores fazem para a população do distrito federal como um todo. É característica da cultura da cidade, o reaproveitamento de materiais, a reciclagem, e principalmente a consciência das dimensões e conseqüências que o acúmulo de lixo apresenta. O propósito era claro, criar uma imagem negativa da cidade, que fosse entendida com um problema a ser resolvido, tentando encorajar o despejo dessa comunidade que apenas tinha chegado buscando um lugar onde poder morar, e ainda sendo objeto das barganhas e interesses políticos que se aproximavam da comunidade em época eleitoral e da mesma forma desapareciam ao ser eleitos. As demandas por serviços e infra-estrutura não foram atendidas até muitos anos depois da regularização da cidade. Sendo que esta se deu pela inevitável aceitação das dimensões da grande comunidade que já tinha se instalado, incentivada pelas promessas de regularização. Até hoje em dia existe uma certa estigmatização dos moradores da cidade, que tem, pelas pessoas de fora, uma imagem deles relacionada ao lixo e a violência.

Hoje em dia a cidade teve vários direitos conquistados, todos eles sempre dados pela mobilização e pressão da comunidade que se organizou em diferentes grupos comunitários, mantendo a vivacidade do debate político dentro da cidade. Os equipamentos mais básicos chegaram a cidade, mais ainda as demandas são muitas, sendo que a cidade carece de muita infra-estrutura, de políticas públicas, incentivos e propostas estatais para reais melhorias das condições da população. É importante ressaltar que como já dito, que a regularização da cidade se deu em janeiro de 2004, pela Lei nº 3.315 que cria o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - SCIA que foi transformado em Região Administrativa XXV e assim a Vila Estrutural como sendo sua sede urbana. É importante ressaltar que o SCIA é um parcelamento de interesse do Governo do Distrito Federal, cuja responsabilidade é da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP. A implantação do SCIA objetiva o desenvolvimento de atividades econômicas, sendo vetado o uso e/ou ocupação para uso

residencial. Por tanto pertencendo a mesma região administrativa e compartilhando um mesmo “território”, também lhe é destinado um direito em comum, num mesmo orçamento, e este não é sempre detalhado, pelo que pode ter um dinheiro direcionado para esta região mais que seja simplesmente todo investido na melhoria de uma área que se dedica exclusivamente a venda de carros, ou em alguma melhoria na cidade, criando ambigüidades muito questionáveis em relação ao orçamento e a alocação do dinheiro.

É importante questionar se a regularização da cidade e portanto seu processo de urbanização, são medidas que de fato garantem o direito a cidade à essa população, sendo que a oferta de políticas públicas continuam sendo muito deficitária. Muitas vezes esse tipo de melhorias vem acompanhadas de uma alta valorização do valor dessa terra, e neste caso ainda mais num local como o da Estrutural, tão visado pela especulação imobiliária, dada sua posição privilegiada, dada sua proximidade com as varias outras regiões administrativas. Essas ações do mercado imobiliário, condenam as populações de baixa renda “a cidade ilegal”, naquela em que a oferta de serviços e investimentos são também deficitários dada a conotação de “ilegalidade” atribuída a essa forma de ocupação. A melhoria de infra-estruturas nesse tipo de locais é muitas vezes acompanhada de um encarecimento e valorização do espaço que acaba expulsando os moradores iniciais para áreas de menor custo, mais baratas, e por tanto sempre mais distantes. Para os “favelados” que ocupam esse tipo de áreas não existe uma inclusão social de fato que lhes garanta a permanência de lugar, o direito a cidade não é realmente concedido, e as melhorias são na maioria conquistadas pela própria ação e luta popular dos moradores.

Como dito, em 2002 a Estrutural foi considerada uma ZEIS, Zona Especiais de Interesse Social, que delimitava a área e lhe garantia uma funcionalidade de interesse social, a partir do reconhecimento das suas tipicidades locais, que pretendiam facilitar a relação fundiária do assentamento. Com o advento do Estatuto da Cidade, essas ocupações de baixa renda ganharam um caráter especial, e passaram a ser alvo de propostas, na grande maioria, pressionadas por questões ambientais. Se hoje as famílias de baixa renda não são mais removidas, muitas vezes, a permanência no local vem acompanhada de um descaso total em relação à implantação de infra-estrutura e às negociações para regularização da área, trata-se de um instrumento aplicável à posse de terras públicas. O mecanismo prevê um contrato entre o município e os moradores de terrenos públicos municipais, para utilização dos mesmos como moradia, por um determinado tempo. Representa um tipo de mecanismo para a obtenção habitacional tendo em vista que permite a viabilização dos parâmetros urbanísticos segundo suas características especiais, ao mesmo tempo que prioriza a moradia a população de baixa renda, botando um freio ao mercado imobiliário para não visar essas áreas. Em janeiro de 2006 foi implementado o Programa Brasília Sustentável que promovia O Projeto Integrado da Vila Estru-

tural – PIVE. O PIVE desenvolvido pelo Governo do Distrito Federal com financiamento do Banco Mundial e do Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento, tinha como meta a urbanização da cidade Estrutural. Entre o período 2007- 2010, o PAC Habitação destinou ao Governo do Distrito Federal – GDF, um investimento de R\$ 73,6 milhões, para a urbanização e reassentamento da população residente na área do lixão e nas áreas de risco da estrutural. No mesmo período a região recebeu investimento de US\$ 28,35 milhões de Banco Mundial por meio do programa Brasília Sustentável, totalizando US\$115, 28 milhões em prol do desenvolvimento sustentável do DF²¹. As intenções do programa não atendiam as reais demandas dos moradores, impondo um modelo de desenvolvimento que não correspondia com as vontades da comunidade, o que provocou varias tensões no processo, processo que ate agora não esclareceu a alocação dessa altas quantidades de dinheiro.

O Programa Brasilia Sustentável realocou, varias famílias da suas moradias iniciais, de formas e por métodos muito questionáveis. Umas famílias foram removidas a uma área muito próxima ao lixão, localizando as casas em um dos piores lugares da cidade, muito próximo a piscina de xurume do aterro. O argumento do programa era que não existia outra opção se os moradores não queriam sair da Estrutural. Outra questão muito polemica e ainda atual e a da desativação do lixão. Este ano corrente de 2014, foi anunciado seu fechamento definitivo, mais ate a data nada aconteceu. Este processo tem sido muito atropelado e questionado, a forma como tem se encaminhado ter prejudicado os catadores e muitas das pessoas que tiram seus sustento de lá. As cooperativas que tem se organizado não responde as necessidades e demandas da maioria dos catadores, e alem de lhes ser oferecida uma indenização, não tem se elaborado soluções futuras para estes trabalhadores.

A Administração do Parque Nacional – IBAMA e as organizações ambientalistas foram os segmentos sociais que se manifestaram a favor da remoção completa da Vila Estrutural, a proximidade do Parque Nacional era uma das principais condicionantes para a remoção da cidade, além da desativação do Lixão. Outra condicionante, agora do ponto de vista urbanístico, referia-se à ocupação desordenada da Vila Estrutural, à falta de saneamento básico e às precárias condições de vida de sua população. A situação ambiental da Vila Estrutural, era e constitua sendo considerada como insustentável. A Comunidade da Vila Estrutural e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH foram os segmentos sociais que se manifestaram desfavoráveis à remoção completa da

²¹ Dados de PROGEA Engenharia e Estudos Ambientais para a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental – EIA e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA para o parcelamento urbano intitulado “Zona Habitacional de Interesse Social e Público – ZHISP, Vila Estrutural, inserido na Região Administrativa do Guará - RA X, através do Contrato Nutra-Proju n.º 234/2003, Processo n.º 111.000.881/2003.

cidade, embora defendam a desativação progressiva do lixão. Entre muitos argumentos existia o motivo de que não existiam mais áreas disponíveis no DF para abrigar populações provenientes de remoção deste porte. Se no passado, início dos anos 70, mais de 80.000 famílias oriundas de invasões do Plano Piloto e Taguatinga foram assentadas em Ceilândia, hoje este feito não seria mais viável. Órgãos do Governo Federal (SEDUH, BELACAP, TERRACAP), políticos, lideranças comunitárias e moradores da Vila Estrutural foram os segmentos sociais que se manifestaram a favor da alternativa da urbanização planejada.

3.2. Dados atuais sobre a cidade

Agora expendemos alguns dados, recolhidos e escolhidos segundo a relevância do assunto, para ter uma certa noção das condições atuais da cidade Estrutural. Os dados provem da pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios-PDAD 2013/2014, no SCIA- Estrutural. Os dados indicam que 86,23% dos domicílios são casas e 13,33% são barracos. O número de Quitinetes-Estúdios juntas não chega a 0,5% e não há apartamentos, não sendo da cultura do lugar esse tipo de habitações de âmbito mais individual”. Apesar da regularização da cidade, quanto à forma de ocupação, apenas 4,4% dos entrevistados declararam, na pesquisa feita pela CODEPLAN, que seus domicílios são próprios e 82,45% encontram-se em terrenos não regularizados. A soma dos alugados e cedidos representam pouco mais de 13,00%, e quanto à documentação de posse dos imóveis, 68,89% declararam não possuir documentos de posse definitiva, 15,33% detêm a cessão de uso, 13,11% não têm imóvel e apenas 2,00% possuem escritura definitiva do imóvel. O que relega a uma sensação contínua de ambigüidade e instabilidade, do despejo, por parte de muitos moradores. É importante frisar o porquê da utilização do termo invasão neste momento, já que foi escolhido metodologicamente o conceito de favela. Na vila Estrutural, é possível notar dois momentos distintos, relatados pelos próprios moradores. O primeiro momento compreende a ocupação promovida pelos catadores, que tinha como objetivo principal se manter próximo à fonte de renda. O segundo momento, caracterizado pelo aumento significativo de residentes que não eram catadores, é aqui denominado “invasão”. Alguns fatores relevantes para avaliar a condição de habitabilidade, quanto ao fornecimento de energia elétrica, mostram que 91,11% dos domicílios contam com rede geral de abastecimento enquanto que 7,33% são abastecidas por *gambiarras*, ou seja, 665 domicílios, enquanto que 141 domicílios, 1,56%, utilizam outras formas de abastecimento. O abastecimento de água pela rede geral abrange a um 90,89%. Por tanto apesar das melhorias este tipo de serviços ainda não atinge a cidade inteira, criando dentro da própria Estrutural áreas diferenciadas. Sendo que existe um 8,89% de domicílios que não contam com área de abastecimento de energia elétrica, e 9,11% com abaste-

cimento de água. O Esgoto a céu aberto continua presente em 6% dos domicílios da cidade, e a erosão está presente em 3,56% dos domicílios.

O acesso a cidade, entendida no seu sentido mais amplo, se dá por meio de vários tipos de ofertas e serviços, que também não são muito presentes na cidade. Como os resultados da pesquisa mostra, apenas 19,11% dos domicílios contam com ruas arborizadas, 8,67% com parques e jardins, não se investindo no convívio agradável do lugar, não só desde um ponto de vista estético mais ecológico, social e de saúde, sendo ainda mais irônica a proximidade com o parque nacional que fica as veras da cidade Estrutural. Outro dado indica que apenas 13,78% dos domicílios contam com espaço cultural nas proximidades, limitando o acesso a opções culturais e de diversão para os moradores. Por exemplo em relação a pergunta sobre a frequência a eventos culturais propostos no Plano piloto com relação a shows, 96,17% dos entrevistados declararam não frequentar. Os que frequentam são um 1,91%, que corresponde a 685 pessoas, e vão a show de a uma a duas vezes por ano. Outro dado também indica que as ciclovias são praticamente inexistente, reafirmando a falta de planejamento, de investimento e de entendimento local por parte do GDF nas suas ações, sendo que a cidade Estrutura é a cidade onde mais bicicletas circulam por número de habitantes no Distrito Federal. É clara a ação proposital de dificultar a vida dos moradores para não facilitar sua permanência no local. Outro dado indica, com relação aos aspectos turísticos, que em 95,11% dos domicílios pesquisados, os moradores declararam que não conhecem atrativo turístico na Região e 78,89% não conhecem os atrativos turísticos no Distrito Federal. Mostrando a clara distância, simbólica, porque não é espacial nem geográfica que existe entre o Plano piloto e a cidade Estrutural, apenas separadas por 12km, e unidas por uma via direta.

Hoje a Estrutural tem uma população estimada em 35.801 habitantes, e a maioria da população é constituída por homens: 50,51%. Um dado interessante revela que do total de habitantes, 34,12% têm até 14 anos de idade. No grupo de 15 a 59 anos, que concentra a força de trabalho, encontram-se 63,23% do total. A faixa etária de 60 anos ou mais é representada apenas por 2,65% dos habitantes, por tanto a maioria da população é jovem, é se encontra na faixa etária de maior necessidade de acesso ao mercado empregativo. Por tanto estas necessidades, características de uma população jovem, deveriam ser adequadamente respondidas, ofertando distintos tipos de atividades educativas e culturais que incentivem o desenvolvimento dos jovens, assim como de políticas públicas direcionadas na oferta de empregos. Outro dado revelador indica que dos residentes, 53,83% declararam ter cor parda/mulata, e 71,85% preta, a cor branca, 27,87%, tem e menor proporção, seguida dos de cor amarela, 0,28%. Por tanto o estigma da cor pode ser um forte determinante na segregação do espaço e das oportunidades.

O estudo revela outras informações, tales como que segundo informações da Organização Mundial de Saúde – OMS, aproximadamente 10% de qualquer população é portadora de algum tipo de deficiência. No SCIA-Estrutural, 3,95% dos moradores declararam ser deficientes. Do total de portadores de necessidades especiais declaradas, a deficiência visual foi a mais observada, 55,74%, seguido pela motora, 20,00%, sendo que 15,74% declaram ter outras, sem especificação. Estes dados indicam uma considerável demanda de serviços e ajudas específicas para estas pessoas com necessidades especial, mais para as quais na cidade não existe nenhum tipo de ajuda ou infra-estrutura física ou institucional que as receba, dificultando ainda mais o cotidiano de muitas pessoas.

Em relação ao dados relacionados à migração, que levantam especificidade dos habitantes da cidade, indicam que 49,61% do contingente populacional é nascido no Distrito Federal, enquanto 50,39% são constituídos por imigrantes. Do total de imigrantes, 69,17% são naturais do Nordeste; 15,87% do Centro-Oeste, 10,94% do Sudeste; do 3,58% Norte e Sul 0,33%. Os imigrantes provenientes de outras nações totalizam apenas 0,11%. Em relação à origem por estados, Maranhão é o estado mais representativo com um 22,80%, seguido por Bahia, 20,56%, Goiás, 14,75% e Piauí 12,74%. Estes dados mostram como muitas pessoas que emigraram à capital ao longo dos anos procurando melhores condições de vida. A diversidade da população do Distrito Federal, é formada por imigrantes de diferentes estados brasileiros, cada um trazendo de sua origem a cultura local, promovendo uma grande diversidade. A pesquisa indica em relação aos aspectos esportivos, que não foram identificados torcedores para times locais, demonstrando que a preferência do torcedor é por times que de alguma forma guardam relação emotiva com a origem do torcedor ou pela influência da mídia ou ainda, convivência com torcedores de times de outros estados. Quando analisado o ano de chegada ao Distrito Federal, percebe-se que a maioria da migração ocorreu entre 1991 e 2000, com um 44,58%. Após o ano de 2000, vieram 33,63% de pessoas. Estes períodos coincidem com os anos neste caso de governo Roriz, que foi característico dos incentivos que se fizeram à população para a ocupação da cidade com promessas de regularização da mesma. Estes incentivos eram encorajados esperando receber a cambio o votos dos eleitores, e por tanto estas decisões e empreendimentos unicamente tinham interesses eleitorais e não foram acompanhados de um planejamento estrutural. Este fato, apesar de ter dado moradia para milhares de pessoas foi um processo atropelado e motivado por interesses de cunho econômico, que acabaram comprometendo o futuro da cidade e das famílias que a compunham, por comprometer a atrapalhar os processos futuros de planejamento urbano.

O estudo mostra um conjunto de fatores que motivou a migração que povoou, praticamente todo o Distrito Federal. As razões “procura de trabalho” (42,12%) e “acompanhar parentes” destacaram-se como os principais motivos. Levando-se em conta que o item “acompanhar parentes” (54,97%) re-

fere-se, principalmente, aos filhos que chegaram em companhia dos pais, a procura de trabalho, classifica-se, então, como fator de motivação determinante da migração para o Distrito Federal. O que indica a forte corrente populacional que migra buscando oportunidades de trabalho e por tanto de melhoria de vida. Da população total, destaca-se elevado percentual daqueles que não estudam, 62,95%. Entre os que estudam (37,05%), 34,85% frequentam a escola pública e 2,20% a escola privada. Quanto ao nível de escolaridade 2,59% declarou ser analfabeta. A população concentra-se na categoria dos que têm o nível fundamental incompleto (47,29%) e ensino médio completo (12,44%). Vale destacar que somente 1,80% da população do cidel não teve acesso ou não concluiu o ensino fundamental e o ensino médio em idade apropriada, tendo em vista ter frequentado ou frequentar o EJA – Educação de Jovens e Adultos. O 99,32% da população declarou não frequentar nenhum tipo de atividade extracurricular, sendo que as atividades extracurriculares são entendidas como atividades que desenvolvem a socialização, aumentam a autoestima e enriquecem a vida acadêmica e profissional das pessoas. Os dados indicam a dificuldade que a maioria da população enfrenta para conseguir empregos bem remunerados em uma cidade tão terciária como Brasília, que concentra ao mesmo tempo um grande contingente no setor público e que demanda um alto grau de qualificação para o acesso a esses postos de trabalho. É notável também a falta de investimentos por tanto do Estado em reverter este tipo de realidades com incentivo a educação e algum tipo de especialidade que amplie as possibilidades de ação desta população. Cabe destacar que na cidade Estrutural existem bastantes iniciativas que contemplam ações em este tipo de âmbitos, em programas de alfabetização, de especialização para jovens empreendedores e etc, sendo que a maioria destas iniciativas provem de organismo não governamentais e sem animo de lucro.

Em relação ao trabalho e rendimento, do contingente de trabalhadores, a maioria é constituída por empregados (55,14%), sendo que 44,12% têm carteira assinada. Os empregados sem carteira de trabalho totalizam 1.169 trabalhadores, que representam 8,64% da força de trabalho local. A categoria por conta própria (autônomo) absorve 43,22% do total da mão de obra o serviço público e militar, 2,08%. Os aprendizes são apenas 20; 0,15%, para uma população na faixa etária de 15 a 24 anos de cerca de 7.700 pessoas. Também observa-se que, entre os acima de dez anos, 48,12% têm atividades remuneradas, enquanto 2,30 % estão aposentados. Os desempregados somam, 7,10% desta população. No que diz respeito à ocupação remunerada, o Setor Terciário envolve 83,46%, sendo 21,31% no Comércio, 2,23% nos Serviços Públicos (Federal e GDF) e, 38,32%, em Serviços Gerais. A construção civil absorve 15,05% dos ocupados. Por tanto cabe destaque a o alto numero da categoria de autônomas que absorve a força de trabalho, mostrando as dificuldades de inserção trabalhista que esta população sofre, e ao mesmo tempo demonstra o lado empreendedor e autolocalizador do lugar. Quanto à contribuição para a previdência, 51,86% da População em Idade Ativa – PIA

não contribui, sendo que 24,17% trabalham e não contribuem. A previdência pública é paga por 23,96% da PIA²². Entre essa população, 38,43% trabalham na própria Região Administrativa (RA), 15,95%, em Brasília – Plano Piloto. A RA X Guará por sua vez atrai 1.089, 8,05 trabalhadores da região em análise e 14,77% em vários locais. As demais Regiões são pouco expressivas quando analisadas individualmente. O que mostra a separação e dualismo que existe entre estas duas regiões e destaca o lado regional, comunitário e empreendedor da comunidade, que a falta de ofertas e oportunidades acaba criando seus próprios recursos.

A renda familiar constitui um indicador amplamente utilizado para análise da situação sócio-econômica de uma população, embora apresente limitações por não considerar a ocupação domiciliar e a faixa etária dos moradores. Ao analisar a renda de uma localidade, deve-se, também, atentar para o fato de que a renda domiciliar é resultado do momento em que o dado é coletado, do desempenho global da economia, da política salarial, assim como da situação do mercado de trabalho. Feitas as devidas ressalvas, esse indicador permite que se elabore o perfil sócio-econômico dos moradores do Estrutural por meio do levantamento do rendimento bruto mensal do trabalho e dos demais rendimentos como aposentadorias, pensões, aluguéis, entre outros, auferidos pelos membros dos domicílios pesquisados. A renda domiciliar média apurada na pesquisa foi da ordem de R\$ 1.465,15 correspondente a 2,16 salários mínimos (SM), e a renda per capita foi de R\$ 428,00 (0,56 SM). Ao analisar a distribuição da renda domiciliar bruta mensal, segundo as classes de renda, com base em múltiplos de salários mínimos, verifica-se que a mais expressiva é a classe de renda de 2 a 5 SM, que concentra 41,97%, seguido pela renda de 5 a 10 SM (2,98%) e entre 5 e 10 SM 2,98%. A pesquisa detectou ainda que 60 domicílios, 0,69%, encontram-se na faixa de renda de 10 a 20 salários mínimos. Na faixa de 20 SM ou mais não foram identificados domicílios. Vivem com um SM 14,22%. Considerando a renda média mensal auferida pelos moradores, os 10% mais ricos absorvem 24,83% da renda e os 10% de menor poder aquisitivo detêm apenas 2,56%, apresentando assim um Coeficiente de Gini de 0,318²³. Por tanto, a Estrutural se revela com uma comunidade com uma igualdade quase perfeita na distribuição de renda dentro da comunidade.

Em relação a posse de bens, equipamentos e serviços, a pesquisa apresenta um dado no qual as pesquisas sócio-econômicas demonstram a existência de alta correlação entre a posse de bens e a renda domiciliar. Na Região Administrativa do SCIA-Estrutural, 37,33% dos domicílios possuem automóvel. A bicicleta é o segundo veículo com maior participação (49,56%), seguido pela motoci-

²² população em idade ativa.

²³ O Coeficiente de Gini representa uma medida relativa da distribuição de renda. Mede a área entre o percentual acumulado da renda e o percentual acumulado da população. Varia de “zero” (igualdade perfeita) a “um” (desigualdade perfeita).

cleta (8,0%). Os demais veículos não foram relevantes ou não foram detectados pela pesquisa. O que mostra que apesar da proximidade com a cidade do automóvel a cidade não tem o carro como maior meio de mobilidade, priorizando, o uso da bicicleta, o que lhe atribui características de uma cidade que promove de alguma forma o convívio cidadão, assim como sustentável, e não totalmente atrelado e dependente do carro como meio de locomoção e de consumo. Um outro dado constatou-se que poucos domicílios utilizam o serviço de empregados domésticos na Região Administrativa do SCIA-Estrutural. Somente 0,22% dispõe de serviços de diaristas, o que contrasta com o dados do Plano piloto que indicam a demanda deste serviço como prioritário na maioria de moradias. Em relação aos locais de compra a pesquisa mostrou que a Estrutural ainda apresenta dependência em relação às atividades comerciais. A maioria (próximo de 60%) das compras de alimentação, serviços pessoais e serviços em geral é realizada na região. No entanto roupas/e calçados, eletrodomésticos e lazer é significativa a participação de Ceilândia e Taguatinga. O que mostra um caráter independente e autônomo da comunidade, criando suas próprias oferta de demandas centradas regionalmente, e ao mesmo tempo demonstram um grande distanciamento do encontro entre a população do Plano piloto e das cidades do entorno.

Os benefícios sociais levantados na pesquisa são programas especialmente voltados para a transferência de renda e referem-se às informações prestadas pelos entrevistados, não coincidindo necessariamente com o número de famílias cadastradas pelo Governo. No caso do “Bolsa Família”, 3.084 domicílios (34,00% do total) recebem esse benefício e 2,22%, o Benefício de Prestação Continuada. Os demais benefícios não foram relevantes ou não foram detectados pela pesquisa. As características do responsável pelo domicílio nos permitem identificar as complexidades e desenvolvimentos dos núcleos familiares, e assim tentar perceber as influências nas novas gerações. Por exemplo, a pesquisa mostra que a maior participação dos responsáveis pelos domicílios concentra-se no grupo de idade de 36 a 45 anos, 32,67%. Com mais de 55 anos foram detectados 12,22% responsáveis pelos domicílios e os que tem até 25 anos não chegam a 8%. Por tanto, a maioria dos responsável pelo domicílio e por tanto, provavelmente dos menos da família são jovens em condições de trabalhar. Ao analisar a escolaridade, observa-se que 46,44% dos responsáveis pelos domicílios da cidade não chegaram a concluir o ensino fundamental, seguido de um 16,66% que concluíram o ensino médio. Apenas 0,67%, concluíram o ensino superior. Quanto aos analfabetos, 6,00% dos responsáveis pelos domicílios estão nessa categoria. Esse percentual salta para 19,56%, quase um quinto dos responsáveis quando somado aos que somente sabem ler e escrever e participaram do curso de alfabetização de adultos. Percebe-se que a maioria dos responsáveis pelos domicílios é composta por trabalhadores remunerados (81,33%), 5,56% são aposentados, pensionistas 2,22% e apenas 0,89% não tem atividade. Fato observado é que há responsáveis pelos domicílios que estão em situação de de-

semprego no momento da pesquisa (6,22%). Aqueles responsáveis que se dedicam à atividade doméstica aproxima-se da casa dos 4%. Quanto ao setor de atividade remunerada, os dados levantados mostraram predominância na ocupação dos responsáveis pelos domicílios na atividade de serviços gerais, 37,98%, seguidos pelo setor de construção civil, 22,70% e comércio com 17,76%. O Setor de transportes absorve cerca de 9,00% dos responsáveis pelos domicílios da Estrutural. A atividade de serviços domésticos absorvem 4,38% e os demais segmentos econômicos juntos absorvem 8,7%. Segundo a posição na ocupação dos responsáveis pelos domicílios, 41,53% são de empregados que possuem carteira de trabalho assinada e 7,10% não tinham carteira assinada por ocasião de respostas à PDAD2013. Os que trabalham por conta própria, os autônomos, aproximam-se dos 50%. Os demais responsáveis pelos domicílios, segundo a posição na ocupação, é pouca significativa. Quanto à contribuição previdenciária dos chefes de domicílios, os dados mostram que 42,22% muito embora trabalhem não contribuem para previdência. Os que não tem previdência representam 18,67% do total de chefes de domicílios e 39,11% contribuem para a previdência pública. Informações sobre a renda individual média mensal do responsável pelo domicílio do SCIA-Estrutural que em valores absolutos é de R\$ 936,72 o que equivale a 1,38 salário.

Em relação a os dados apresentados podemos concluir que por exemplo SCIA-Estrutural é uma Região Administrativa urbana ainda não consolidada, em razão da forma como surgiu e daí as dificuldades fundiárias a serem equacionadas. A população da Estrutural é jovem, haja vista uma participação bem maior do grupo populacional que situa entre 15 e 39 anos de idade, 63,23%, do contingente populacional. Quanto à escolaridade da população total do SCIA-Estrutural, a maior participação concentra-se na categoria dos que não concluírem o ensino fundamental. apenas menos de 1/5 encontra-se em terreno regularizado. Os imóveis próprios quitados ou em processo de aquisição não chegam a cinco por cento. Os serviços de infra-estrutura urbana, no entanto, estão presentes em 90% dos domicílios. Mais apesar de os serviços mais básicos de infra-estrutura terem sido implantados para a ampla maioria da população, estes são muito limitados e deficitários, e absolutamente ausentes para uma minoria considerável desta população, compreendendo um 10%. Empregados com carteira de trabalho assinada não chegam a cinquenta por cento dos ocupados e os por conta própria (autônomos) guardam a mesma proporção. A renda domiciliar da localidade concentra-se entre um a cinco salários mínimos mensais (82,11%), e o grupo de domicílios com renda de dez a 20 salários não chega a um por cento. No SCIA-Estrutural, cerca de 2/5 seus moradores ocupados trabalham na própria Região Administrativa. Comparando os dados das PDADs 2011 com a atual (2013), no SCIA-Estrutural, observam-se estagnação na área social, principalmente na escolaridade.

Registrou-se, aumento da posse de bens e serviços como: TV por assinatura, automóvel, entre outros²⁴.

CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO DO OBSERVATORIO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

4.1. Apresentação do projeto

O OCA é um projeto que visa a construção do observatório da Cidade Estrutural protagonizado por crianças e adolescentes residentes da cidade, para que eles monitorem o que acontece na cidade, para onde está indo o orçamento destinado às ações para o ano, e controlar que seus direitos previstos no Estatuto da criança e adolescente (ECA) estejam sendo atendidos. O Observatório também possui como objetivo perceber quais são os desejos, anseios e reivindicações dos moradores da Estrutural para a cidade, e ver se estes são compatíveis com as prioridades do governo. Assim como realizar Audiências Públicas e reivindicar aos parlamentares seus direitos que não estão sendo atendidos, incidindo politicamente em seu contexto territorial, sendo porta-vozes de toda a população da cidade. O projeto teve seu início no mês de abril de 2013 e foi implantado pelo INESC e o Coletivo da Cidade, no âmbito do Movimento Nossa Brasília, tendo como temas-chave os direitos da criança e do adolescente, a educação, e o orçamento público.

O Projeto Observatório da Criança e do Adolescente - OCA, por atuar dentro na cidade Estrutural está inserido em um contexto social de violações de direitos das mais variadas espécies. Na Estrutural, cidade sede do projeto, crianças e adolescentes de todas as idades vivem essas violações diariamente, como : trabalho infantil, violência doméstica, saneamento básico ineficiente ou inexistente, ou não acesso à saúde e à educação. Não existe escola de Ensino Médio e as de Ensino Fundamental não são suficientes para a população ali residente. Assim, muitos são obrigados a frequentar escolas em outras cidades, e nelas sofrem discriminação por morarem na Estrutural, sendo essa uma pauta frequente nas falas de crianças e adolescentes do projeto, sendo uma das questões que mais os incomoda. Além disso, essas meninas e meninos são expostos a diversos contextos de violência: se sentem inseguros na cidade onde moram, pois testemunham crises diariamente, além de

²⁴ Todos estes dados se encontram em :

http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2013/PDAD_SCI_A_ESTRUTURAL_2013-2014.pdf

terem contato precoce com o mundo das drogas. O acesso aos equipamentos de lazer na cidade também são precários, sendo restritos a uma praça no centro da cidade, acessível apenas a uma pequena parcela da população. São muitas as crianças que acabam tendo no lixão o local de diversão e lazer, no momento em que acompanham os pais nas suas atividades de catadores, encontrando ali brinquedos e usando a imaginação para terem um cenário ideal à diversão.

Um dos parceiros do projeto é a escola C.E.D. 04 do Guará, onde 90% dos alunos da escola são moradores da Estrutural, para acessar adolescentes de Ensino Médio da cidade e inseri-los no projeto, realizando oficinas prévias de formação para que as próprias crianças e adolescentes sejam os protagonistas do Observatório. Tanto na escola do Guará quanto no Coletivo da Cidade, a aceitação e recepção do projeto são plenas, sendo apoiado pelos professores e diretoria da escola, pais e educadores do Coletivo da Cidade, que compreendem a importância do projeto para o futuro das crianças e adolescentes em si, quanto do futuro da própria cidade.

O Coletivo da Cidade, parceiro e sede do projeto dentro da cidade, é o acolhedor das oficinas e sede do Observatório, realiza suas atividades em contato direto com equipamentos como Conselho Tutelas, CRAS, CREAS e Centro de Convivência. O Observatório também conta com o apoio da Administração Regional da Estrutural, que nos fornece informações acerca da cidade e seu orçamento, ambulando as reivindicações dos participantes do projeto, aumentando assim a chance de serem plenamente atendidas.

4.2. Histórico do projeto

Para contextualizar a linha de ação do projeto apresentaremos alguns resultados das atividades empreendidas no semestre de 2013, para depois discorrer sobre as atividades deste semestre, que são parte do objeto discutido nesse trabalho. A partir das oficinas de formação em Orçamento e Direitos Humanos realizadas ao longo do ano 2013, o grupo de adolescentes do ensino médio aprofundou a análise sobre o orçamento participativo aprovado há agora três anos. A partir de aí conseguiu verificar que quase nada havia saído do papele em relação aos empreendimentos indicados no orçamento desse ano na cidade. Assim decidiram fazer uma pesquisa dentro da comunidade, focando na população jovem. Caminharam pela cidade gravando em video, com o apoio dos equipamentos do Inesc, os depoimentos dos entrevistados, registrando as demandas e propostas deles para a cidade. A partir de aí elegeram uma lista com seis principais ações mais apontadas e elaboraram uma carta que seria entregue aos parlamentares, exigindo que as prioridades fossem cumpridas. Solicitaram que o Parlamento as colocassem no orçamento de 2014 e realizasse o papel de fiscalizados das ações do Executivo. Se realizou um evento na Camara dos deputados no dia 7 de dezembro, que contou com a assinatura simbólica da carta compromisso. Dentre as entidades que participaram da

elaboração do documento estão Unicef, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Ministério da Saúde; o Grupo de Pesquisa sobre o Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes da Universidade de Brasília (Violes-UnB); o Instituto Berço da Cidadania; ANDI, entre outros.

Ao estudarmos o orçamento para este o 2014/2015 proposto para a RA XXV Setor Complementar de Ind. e Abastecimento, que compreende a cidade Estrutural e a cidade do automóvel, podemos verificar que entre outras coisas esta contemplada a construção de uma escola de ensino meio. Podemos acreditar que estas ações foram também influenciadas pela pressão, entre outras coisas, da iniciativa dos jovens participantes do projeto OCA. A seguir apresentaremos a “Carta Compromisso” elaborada pelas crianças e adolescentes participantes do projeto OCA:

“Aos/Às Srs./Sras. Parlamentares da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nós, do Observatório da Criança e do Adolescente (OCA), projeto desenvolvido pelo Movimento Nossa Brasília I, pelo Coletivo da Cidade e pelo Inesc, com o apoio do Instituto C&A, em nome de toda a comunidade da Estrutural, viemos apresentar nossas realidades, e conseqüentemente, exigirmos tomadas de ação frente às constantes violações de direitos humanos presentes em nossas próprias realidades. Como é de conhecimento de todos/as, a Câmara Legislativa do Distrito Federal votará ainda este ano o projeto de Lei Orçamentária Anual referente ao ano de 2014. Como também é de nosso conhecimento, a população possui a legitimidade para apresentação de suas prioridades. Cansados/as de convivermos com constantes negligências e violações de direitos, apresentamos propostas legítimas de ações orçamentárias para a comunidade da Estrutural, com o intuito de promover e garantir, de forma prioritária, universal e interdependente, a realização de todos nossos direitos.

O Governo do Distrito Federal assumiu como projeto de interação com as realidades e propostas das comunidades de todo o Distrito Federal o Orçamento Participativo, embora o destino de recursos orçamentários e os compromissos de ação sejam mínimos. Dentre as 21 (vinte e uma) propostas de ações orçamentárias da RA XXV (SCIA/Estrutural), pouco mais de 10% foi executado/concluído. E ao que se refere ao orçamento total regionalizado acumulado até Dezembro de 2012 do DF, temos pouquíssimas ações garantidoras e cumpridoras dessas demandas.

Nós, moradores e moradoras da Cidade Estrutural, pedimos que vocês, parlamentares, assumam o compromisso com nossas propostas, visando o atendimento integral de prioridades garantidoras de direitos de forma plena e universal.

Propostas de ações orçamentárias – LOA 2014 – Estrutural/SCIA (Por prioridade)

(i) Escola de Ensino Médio

Segundo a Pesquisa Distrital de Amostra de Domicílios (PDAD) 2010/2011, 61,3% da população da Cidade Estrutural não está em exercício de estudo, isso significa que grande parte de sua juventude está fora das escolas. Apenas 12,5% de sua população tem ensino médio completo. Convivendo com um mercado de trabalho que exige, no mínimo, uma formação básica, esses/as jovens tomam um rumo triste, trabalhando, em sua grande maioria, em mercados desvalorizados e não contempladores de suas habilidades. Sem falar no ingresso mínimo dessa juventude no ensino superior, o que representa menos de 3%. É de extrema importância que tenhamos em nossa comunidade uma escola de ensino médio, para que tenhamos nossas dignidades como estudantes garantidas.

(ii) Política pública de acesso à creche pública

Ainda segundo o PDAD 2010/2011, 75% da população da Estrutural é formada por crianças, adolescentes ou jovens. 20% dela é composta por crianças (de 0 a 9 anos). Embora tenhamos esse alto percentual de crianças, não contamos com uma creche pública sequer. Nossas crianças estão vulneráveis a todo tipo de violação, sejam por estarem fora da escola, sejam por estarem expostas às diversas formas de abuso. Compreendemos que essa criança, sem o mínimo de realização de direitos, terá, conseqüentemente, todos os seus direitos rompidos e violados. Não é apenas o fato de estar fora da escola que caracterizará violação, mas também o não cumprimento integralizado e interdependente desses direitos, assumidos institucionalmente pelo Estado, pela sociedade e pela família.

(iii) Posto de saúde 24 horas

Com um sistema de atendimento de políticas públicas de saúde falho, a população da Cidade Estrutural se sente refém de uma estrutura defasada de saúde pública, visto que (i) os atendimentos nos postos de saúde da cidade não são emergências; (ii) o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), em grande parte das solicitações, não ingressa nas regiões mais distantes do centro da cidade, ao passo que se limita em entrar na comunidade, com o discurso de falta de segurança

para essa atuação; (iii) as consultas médicas são longínquas, por não poder atender à toda comunidade e não dispor de um corpo efetivo de profissionais que atenda à essa comunidade; (iv) não dispor de um sistema integralizado que permita o atendimento 24 (vinte e quatro) horas. Significa dizer que estamos vulneráveis a um sistema não satisfatório às nossas necessidades.

- . (iv) Ampliação do Sistema de Saneamento Básico*
- . (v) Iluminação pública*

A população da Cidade Estrutural foi violentada ao longo da história do Distrito Federal. Considerados/as como invasores/as de terra pública, fomos expulsos/as e atacados/as por governos e por um Estado que tem uma distribuição de terras desigual e elitista, privando-se a empresas e sistemas que vangloriam a economia maçante do capitalismo, cada vez mais segregador. Dentro de nossa comunidade, podemos claramente perceber que há uma faixa de sua população que ainda é dependente de uma política habitacional falha. Temos um projeto de sistema de saneamento básico associado à elite de nossa comunidade, e, portanto, não assume sua função num nível universal. O setor de chácaras Santa Luzia é a prova de que, mesmo se tratando de regiões periféricas, os aparelhos garantidores de direitos exercem suas funções de forma desigual. Exigimos que haja uma tomada de decisões para a garantia aparelhos e funções básicas de saneamento nessas e em todas as regiões de nossa

comunidade. Ao passo que exigimos também a ampliação do sistema de iluminação pública, igualmente distribuída pela comunidade.

(vi) Corpo de Bombeiros

Como já apresentado, estamos vulneráveis a diversas formas de violações, e também não temos acesso a todos os aparelhos de segurança pública. A má distribuição desses aparelhos nos torna afrontados/as com a constante violência em nossas regiões. Se até mesmo o SAMU não deseja entrar na comunidade por conta dessa violência, o que cabe a nós que estamos expostos/as a ela? Somos, pouco a pouco, expostos/as e exterminados/as pela violência não só estrutural, mas também institucional e caracterizada pela abordagem policial despreparada e mal administrada. Visto que há uma necessidade comum entre a comunidade de uma ação mais efetiva do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, pedimos que haja a implantação do Batalhão do Corpo de Bombeiros em nossa cidade.

Esperamos que as prioridades eleitas pela comunidade sejam atendidas pelos seus representantes.

Atenciosamente

OCA- Observatório da Criança e do Adolescente”

4.3 As atividades do projeto

As atividades do Projeto Oca têm o formato de oficinas e estão organizadas em 6 partes. A primeira e a segunda parte priorizam a abordagem de noções básicas, numa perspectiva mais conceitual. A terceira e a quarta parte prevêm a vivência desses conceitos na prática, tendo no horizonte a sistematização e o compartilhamento das informações – que são as duas últimas partes.

As oficinas têm a dinâmica que caracteriza o Observatório da Criança e do Adolescente (OCA), como proposto no projeto: elas deslocam a noção do observatório como um lugar ao afirmá-lo como prática individual e coletiva permanente desses jovens. Nesse sentido, também quatro eixos norteiam a realização do Observatório como prática: o Eixo Formação, o Eixo Pesquisa, Eixo Incidência e o Eixo Comunicação.

·No Eixo Formação, são priorizados os conteúdos fundamentais que serão problematizados na realização do Observatório. Além dos temas diretamente ligados às questões metodológicas, também são abordados os temas da comunicação, dos direitos e do orçamento.

·No Eixo Pesquisa, as noções básicas são vivenciadas como prática, a partir de um conjunto de atividades-laboratório que, ao mesmo, instrumentam os jovens para ir a campo e norteiam o levantamento de dados.

·No Eixo Incidência, as atividades estão relacionadas com a divulgação das pesquisas e levantamentos realizados. É o momento de mobilizar a comunidade para apresentar dados ao poder público e exigir direitos.

·No Eixo Comunicação, as atividades se voltam para a ampliação da visibilidade das problematizações priorizadas, incrementando as formas de olhar dos jovens e o compartilhamento desse olhar.

A iniciativa deste semestre tem como objetivo conscientizar os participantes em relação aos temas cidade e direito à cidade. A partir das visitas guiadas, se pretende apresentar diferentes contex-

tos aos participantes, para que eles consigam depois, no momento da reflexão tem mais informações para a leitura da sua realidade. Brasília sendo o único município que possui diversas cidades, as cidades-satélite, e cada uma delas tem sua história de conquista ou luta pela ocupação. Entre os locais visitados pelo projeto estão a Vila Planalto, Ceilandia, Parque Nacional de Brasília, Brasília e a própria Cidade Estrutural. A escolha dos lugares de visita se fez pela relevância que eles tem na história da cidade. Em cada local, o grupo realiza discussões sobre a história da construção da cidade, verifica-se se o Estado está ou não presente no local e conversa com moradores da região. As visitas integram uma proposta de trabalho iniciada em março de 2014, que inclui uma apresentação sobre diferentes cidades do Brasil e do mundo e a produção de um jogo sobre o direito à cidade. O jogo está sendo elaborado de forma participativa com os adolescentes durante as expedições e seu lançamento está previsto para outubro, data na qual a efetivação da entrega desta monografia já terá sido feita, e por tanto não poderemos incluir o resultado dos dados dessas ações. O material do jogo associará políticas públicas a orçamento e direito dos cidadãos aos espaços públicos. A proposta é que o jogo seja utilizado e testado no âmbito do projeto OCA para depois ser disseminado pelo país.

A seguir faremos uma breve contextualização dos locais visitados ao longo das atividades. Ceilândia que detém seu nome das siglas da Campanha de Erradicação de Invasões foi construída, sem nenhum tipo de planejamento e estrutura para alocar os “favelados” que tinham se instalado nas veras do centro da cidade. No ano 1971 as primeiras famílias foram deslocadas para lá, no total mais de 80.000 pessoas foram realocadas nessa região, que a dia de hoje já foi considerada a segunda maior favela do Brasil. A Vila Planalto continua sendo um símbolo de resistência, sendo que foi um acampamento que conseguiu se manter e não ser destruído pela mobilização da população que ali estava instalada, durante muitos anos sofreu muita repressão e muita falta de serviços básicos até que conseguiu se regularizar. A quadra SQS 114 foi visitada para mostrar como seria uma quadra totalmente planejada, que abriga uma escola e uma creche e altos equipamentos de infra-estrutura. A escolha do parque nacional se deu pela proximidade deste com a cidade Estrutural, apesar de ser, para a maioria dos habitantes um lugar praticamente desconhecido. As brigas entre o PNB e a população da Estrutural foram constantes até sua regularização, sendo que este se posicionou sempre em contra da regularização da cidade, argumentando que assim a comunidade crescerá e o parque será afetado. Poderíamos dizer que a comunidade em si não prejudica o parque, no caso seria a presença do lixão, da qual os moradores não tem responsabilidade, apenas trabalham lá. O passeio da Estrutural e do lixão foi muito interessante para os participantes, porque permitiu a eles observar sua cidade com um olhar distante para analisar e refletir sobre seus aspectos mais importantes.

Depois de cada passeio se procedia uma atividade de reflexão, de forma lúdica, os participantes se dividiam em quatro grupos de cinco, e cada um recebia um grande cartaz onde coletivamente respondiam as perguntas indicadas. O jeito como a pergunta foi formulada deu espaço aos participantes se expressarem livremente sobre assunto, a intenção não foi de obter um tipo de resposta concreta, mais de conhecer a visão deles. Esse jeito informal de abordar a questão foi adotado por entender que as crianças tem uma linguagem particular, e foi a partir dela que quisemos conhecer sua opinião. O numero de participantes foi de quarenta, vinte (20) no turno da manha, e vinte (20) no turno da tarde, não temos uma quantidade fixa de respostas, estas foram feita colaborativamente entre eles, não atendendo a especificidades de turnos e etc, assim foram registradas e estão sendo apresentadas.

· **Comparando a Super Quadra Sul 114 com a Cidade Estrutural.**

· **O que tem lá que não tem aqui (na Estrutural)?**

- Árvores lindas.
- Horta comunitária/Horta pública.
- Plantas e plantações.
- Áreas verdes.
- Flores.
- Verde.
- Escola perto dos prédios.
- Educação.
- Creches.
- Educação e escolas próximas às residências.
- Tranquilidade, paz, harmonia e respeito.
- Parquinho.
- Áreas de lazer.
- Mc³ Donald.

- Limpeza, organização e beleza.
- Segurança.
- Prédios.
- “O Plano Piloto foi planejado e a Estrutural não”.
- “Brasília foi planejada e a Estrutural foi uma invasão”.
- Planejamento na construção.
- Moradia de qualidade.
- Lojas de Playstation e skate.
- Comércio variado.
- Postos de saúde.
- Faixas de pedestre

O que tem aqui na Estrutural que não tem na SQS 114?

- ·Violência.
- ·Guerra entre gangues.
- ·Brigas.
- ·Palavrão.
- ·Mortes.
- ·Lama, poeira.
- ·Lixo.
- ·Gente.
- ·Mais movimento.
- ·Pessoas .
- ·Roubos, assaltos.

- Poucas escolas.
- Escolas longe e sem qualidade.
- Poucas escolas, sem qualidade.
- População que não colabora.
- Perseguição policial em sua história.

· Comparação da Vila Planalto com a Cidade Estrutural

O que tem na Vila Planalto que não tem na Cidade Estrutural?

- Mansões, casas de ricos.
- Riqueza.
- Casas organizadas e bonitas.
- Creche pública.
- Creche que toda comunidade ajuda.
- Organização.
- Limpeza.
- Ruas organizadas e limpas.
- Praças adequadas.
- Área de lazer.
- Praças.
- Muita colaboração.
- Pessoas educadas.
- Pessoas que se organizam.
- Cuidado.

- Carros.
- Casas antigas.
- Transporte público.
- Educação.
- Clube.
- Uma bandeira enorme no alto.
- Flores.

O que mais gostei na Vila Planalto foi...

- Ver as praças.
- As praças de encontro.
- Dos parques.
- As plantas e flores.
- O parque arrumado e bonito.
- De andar na praça.
- O lugar onde as pessoas comemoram todo ano queimando um boneco.
- Das árvores.
- Igreja de madeira.
- Saber da história da Igreja/Luta dos moradores pela permanência da Igreja.
- A conversa porque entendemos tudo sobre a Vila Planalto.
- Conhecer a história da cidade.
- A resistência das pessoas.
- As mulheres que lutaram para morar na comunidade.
- Ver as crianças na creche.

- Poder andar.
- Ver a paisagem de dentro do ônibus.
- Tirar fotos.
- Limpeza
- Boa organização.
- Do lago.
- Os restaurantes.

O que na Vila Planalto lembra a Estrutural?

- Lembra a história da Estrutural.
- Lembra muito a história da cidade, as pessoas que lutaram pela moradia.
- Também não queriam deixar os pobres morarem lá.
- As histórias são bem parecidas.
- A história parece um pouco por causa da resistência das pessoas e das pessoas da Estrutural.
- Os moradores estavam se juntando para resistir na Vila Planalto.
- A luta, a resistência.
- A maioria das coisas que aconteceram lá, acontecem aqui (na Estrutural).
- As invasões.
- A derrubada dos barracos.
- A pracinha com o movimento.
- Uma praça parecida com a nossa.
- Campo de futebol.
- Pobreza.
- Casas velhas.

- Alguns lugares velhos.
- Nada.
- Tudo.
- Pessoas que tem compaixão.

·O que mais me marcou na história da Ceilândia foi...

- A praça do cidadão que tem Wifi grátis, aqui não tem.
- O grupo Jovem de expressão.
- A praça do cidadão.
- A lan house grátis, eu gostaria muito que na Estrutural tivesse .
- Os grafittis.
- As oficinas de dança.
- O ponto do SUS.
- Agência do trabalhador na Praça do Cidadão.
- A briga pela praça de esportes.
- As praças.
- A luta pela caixa d'água.
- Que as pessoas tinham que ir buscar água no Plano e quando não tinham dinheiro da passagem tinham que se virar.
- Que eles não tinham água e tinham que ir buscar e quando fizeram a caixa d'água ajudou muito a população e foi uma felicidade
- Antigamente na Ceilândia não tinha água nem luz, depois de tempos de luta o governador mandou uma caixa d'água e o povo tinha que se virar com a água.
- Quando começaram a construir Brasília tiraram os pobres!

- A transferência dos pobres.
- Que expulsaram os trabalhadores que vieram de longe construir Brasília para um lugar ruim que hoje é a maior cidade de Brasília.
- Os escravos que saíram de Brasília pra ir morar lá porque não podiam ficar em Brasília pra trabalhar.
- Falaram que eles iam pra um lugar melhor.
- A expulsão das pessoas que moravam no Plano e eram pobres.
- O governador expulsou os pobres da Esplanada.
- Que quando os ricos chegaram em Brasília os pobres que não tinham dinheiro para voltar para suas cidades tiveram que ir para a Ceilândia.
- Skate parque para praticar skate.
- Tem feira.
- A feira que tem 500 banquinhas.
- A luta pela feira.
- Praça do repentista.
- A casa do cantador.
- Nordestinos que lutaram por moradia.
- A briga pelas casas.
- A resistência.
- A pobreza que lá havia.
- Quando eles chegaram lá não tinha nada.
- A chegada dos pobres.
- Tinham muitos pobres e muita casa de madeira.
- Tudo me marcou.
- As calçadas.

- As casas.
- As ruas.
- Ver o que eles conseguiram fazer pela cidade.
- A união, coisa que não foi feita no Plano.
- A cultura ceilandense.
- Tem transportes

O que mais gostei na Ceilândia foi...

- Eu gostei mais foi do skate park, foi muito legal, me diverti pra valer.
- Gostei das frases e de alguns desenhos da praça do cidadão.
- Dos lugares dos pobres.
- Dos grafítis.
- Eu gostei de ver a história da Ceilândia e também gostei muito de ver a resistência das pessoas de lá.
- Eu não achei bom a atitude do governador com os pobres.
- Caixa d'água.
- Casa do cantador.
- Gostei de tudo.
- Das quadras.
- Do campo pra jogar basquete ou futebol.
- Da história da Ceilândia.
- Da história da caixa d'água.
- Da feira.
- Gostei que a feira tem 500 bancas e 100 delas são só de comida.

- Dos postos de saúde.
- Da história da Ceilândia.
- Da luta dos povos.
- Achei muito bom tudo, me diverti muito.
- De ver a feira.
- Da infra estrutura.
- A praça com internet.
- Lajes.
- Foi uma lição de vida.
- As casas bonitas.
- O que mais gostei na Ceilândia foi sua história que é muito linda.
- A praça do cidadão onde tinha o jovem de expressão.

·**Ceilândia em relação à construção de Brasília...**

- Ceilândia teve a construção mais bonita, a Casa do Cantador e Caixa d'Água..
- O desrespeito dos governadores
- Na Ceilândia só tem um elemento do Oscar Niemeyer, os outros ficam na Esplanada.
- O povo que construiu Brasília foi para um lugar ruim sem água e sem luz,
- Os habitantes pegavam um balde pra pegar água.
- A expulsão não foi ilegal.
- A Ceilândia foi muito difícil de construir porque eles só queriam construir o Brasil com os ricos morando, porque eles diziam que país rico é país sem pobreza.
- Eles botaram os pobres pra sair da Esplanada porque são pobres.
- Luta de espaço de terrenos.

- Comidas típicas
- Transporte.
- Restaurantes e lanchonetes.
- É uma cidade dentro de Brasília.
- A luta é parecida com a da Estrutural.
- Foi merecida a construção da Ceilândia.
- Tem metrô.
- A dificuldade de construção.
- Construíram algo e depois foram expulsos.
- Fornece transporte melhor de Ceilândia.
- A expulsão não foi legal do povo de Brasília.

·Tudo que aprendi sobre o Parque Nacional...

- Descobrir que Estrutural está tão perto do Parque Nacional.
- Não é culpa dos moradores da Estrutural que o Parque está ficando contaminado (Gostei do lago e das trilhas.
- Muita gente destruiu um pouco do Cerrado pra construir prédios.

·O que mais gostei da História do Parque foi...

- Ilha da meditação.
- Os peixes nadando.
- As fotos que tiraram dos meninos.
- A trilha da capivara.
- As maquetes de toda água mineral.

- As piscinas.
- As lutas das pessoas que cuidam de área verde.
- Gostei do passeio.
- Gostei do lago onde tinham peixes.
- Lei do sofrimento dos pobres.
- Muitas árvores.
- Gostei das árvores, dos peixes, etc.
- Eu gostei dos bichinhos da trilha.
- Eu gostei das variedades de plantas.
- Eu gostei da variedade de árvores.
- Não gostei de ver gente jogando lixo no chão.
- Eu odiei tudo.
- Dos peixinhos e do córrego.
- Tudo.
- Gostei de caminhar entre as árvores..
- Os pássaros

- O que menos gostei da História do Parque foi...**
- Foi ruim porque o nosso guia nos deixou no sol.
- Foi bom demais.
- Não gostei que as pessoas fizeram prédios que derrubaram as árvores.
- Eles ficam derrubando árvores pra construir prédios e ficam reclamando do lixão e dos urubus.

·Da história do lixão, porque eles ficam falando mau mas o lixão é um sustento para um monte de pessoas.

·Eu menos gostei dos ricos que nem escola municipal querem botar.

·Não gostei porque a gente não banhou na piscina.

·Eu não gostei porque eu fui e não conhecia a história.

·O nosso guia

O que tem a ver o Parque Nacional com a Estrutural?

·Eu acho que tem a ver as árvores, o cerrado... eu acho que tudo isso tem a ver...

·Lá fica perto da nossa cidade.

·Tem a ver os córregos, alguns animais...

·Tem a ver que o Parque Nacional pensa que os moradores da Estrutural tem culpa por causa do lixo!

·Tem a ver com a Estrutural porque tem muito córrego e mata e também tem muitas pessoas nos córregos.

·Tem a ver que o Parque Nacional fica reclamando do lixão só porque é quase perto do Parque eles falam que o lixão vai infectar o Parque e os animais que tem lá... eles falam que esse lixão não vale nada, fala que as pessoas que colocaram esse lixão aqui na Estrutural estavam tudo louco porque diz que vai fazer mal à saúde das crianças, mas aí eu digo só uma coisa, que é o lixão que dá comida e roupa para as crianças não passarem fome nem frio... e também só digo uma coisa, e se fossem vocês precisando do lixão pra sustentar a família de vocês? Sabe? Eu acho que vocês tinham que saber primeiro pra depois ficar falando que o lixão não vale nada...

·Nós não temos culpa do lixão.

·Tem muitas árvores no Parque Nacional e aqui (na Estrutural) tem poucas,

·As cachoeiras e os animais que tem lá, aqui não têm,

·Não foi muito demorado pra chegar na Água Mineral.

·O Parque Nacional é muito perto da Estrutural.

·Os córregos, o cerrado e peixes, os povos que jogaram lixo.

·A Estrutural é do lado do Parque Nacional.

·Tem a ver que o Parque Nacional acha que o lixão não presta pra nada, é o lixão é aonde o povo trabalha para se sustentar e sustentar os filhos para eles não ficarem com fome, para eles terem onde morar.

· Tem a ver os córregos, alguns animais.

· Tem a ver que é perto, que o Parque Nacional pensa que nós somos lixeiros, que acham que a culpa é nossa de ter esse lixão aqui na Estrutural.

Na visita à Estrutural recorrimos os pontos que consideramos mais importantes para a discussão, como: o posto policial, o setor de chácaras Santa Luzia, o outro setor de chácaras, o aterro sanitário, a área “das casinhas”, a vila olímpica e a cidade do automóvel. Depois da visita, no dia de reflexão a atividade realizada consistiu em desenhar um mapa da cidade com os lugares visitados, e em relação a estes responder a três perguntas que faziam referência a os pontos positivos, negativos e as melhorias que consideravam importantes ser feitas na cidade. As crianças e adolescentes se dividiram em quatro grupos de cinco pessoas, e depois de uma discussão entre eles, escreveram em um cartaz as respostas que desenvolveram coletivamente, e assim elas serão expostas. Em relação a primeira pergunta:

- O que poderia/deveria melhorar na cidade?

· O posto policial podia ter mais viaturas e um atendimento 24h.

· Podiam asfaltar o setor Santa Luzia.

· O chefes do lixão deveriam ter mais respeito com os trabalhadores.

· Os policiaes deveriam ter mais respeito com os moradores.

· O pessoal das casinhas deveriam cuidar melhor delas porque eles não sabem a sorte que tem.

· O lixão deveria dar ajudas para não ter tanta criança trabalhando.

· Deveria se falar mais de como o lixo sustenta e ajuda muita gente para melhorar o preconceito em relação as pessoas.

· A vila olímpica deveria oferecer mais vagas para atender todo mundo.

Depois da visita a esses lugares o que você acha que eles tem de positivo para a cidade?

- As chácaras tem hortas e muita área verde.
- Na vila olímpica podemos praticar esporte.
- Na área das casinhas os vizinhos podem ficar muito juntos e as crianças jogam pipa juntas.
- No Coletivo da Cidade podemos brincar muito.
- Na Cidade do Automóvel gostei muito de ver os carros BMW porque eles são muito bonitos, e gostei de saber que os carros tem uma cidade própria.
- O lixão representa 70% da economia da Estrutural.
- A Santa Luzia pelo menos tira as pessoas da rua.
- O lixão alimenta muitas crianças.
- No Coletivo da Cidade podemos fazer muitos amigos.
- A escola é boa porque a gente aprende.
- Na cidade do automóvel não tem buracos no chão.
- A vila olímpica dá oportunidade para as pessoas.

- Depois da visita a esses lugares o que você acha que eles tem de negativo para a cidade?

- O lixão causa muito preconceito.
- As casinhas são mal cuidadas .
- A área da Santa Luzia não tem água, luz, nem policiamento. O GFD quis esquecer de lá.
- Acho ruim da área da Santa Luzia que tenha pessoas que tenham que morar lá.
- Acho ruim que a Cidade do Automóvel lucre tanto e não lembre da Estrutural.
- Acho ruim da Vila Olímpica que removeram muitas pessoas para contrair ela lá.
- Acho ruim a Cidade do Automóvel porque eles também contaminam.
- Acho ruim que o restaurante comunitário não é de graça.
- O lixão provoca muitas doenças.
- Na fábrica social os catadores trabalham muito e ganham pouco.

- A escola CF1 não tem quadra coberta e quando chove não podemos brincar, e os muros são baixos é fácil de roubar lá.
- A piscina da Vila Olímpica não abre domingo que é o dia que nos mais precisa.

Como eu vejo a Estrutural daqui a 5 anos?

- Mais quadras.
- Mais área de lazer.
- Lazer para os adolescentes.
- Com parque de diversão.
- Novas quadras.
- Mais lugar para praticar esportes.
- Aulas de esporte.
- Com mais campo de futebol.
- Cinema e shopping.
- Mais diversões.
- Mais quadras.
- Mais praças.
- Espaços culturais.
- Mais parques para as crianças.
- Com mais esporte, lazer e cultura.
- Mais alegria.
- Mais paz.
- Com mais respeito para com as mulheres, sem abusos.

- Mais tranqüila.
- Todo mundo se divertindo em paz, sem briga, todos amigos.
- Paz e amor.
- Cidade populosa onde as pessoas são amigas uma das outras.
- Será uma comunidade..
- Será melhor
- Menos bulling entre os moradores.
- Pessoas com mais juízo e vergonha de fumar perto de crianças.
- Mais felicidade.
- Com mais valores.
- Mais hospitais e melhores, com mais médicos atendendo.
- Mais saúde.
- Melhores atendimentos nos hospitais.
- Saúde de qualidade.
- Mais postos de saúde.
- Médicos nos hospitais.
- Menos violência.
- Sem criminalidade.
- Menos tráfico.
- Menos estupro.
- Menos mortes.
- Sem tráfico.
- Não vai ter tanta violência como tem hoje.
- Menos mortes.

- Menor taxa de mortalidade.
- Menos racismo.
- Menos ladrões.
- Sem bandidagem e boca de fumo.
- Com menos violência, crimes e mortes.
- Melhor policiamento.
- Mais segurança.
- Escolas arrumadas.
- Mais escolas.
- Escolas boas como as particulares.
- Com mais escolas e melhor educação.
- Asfaltada.
- Santa Luzia asfaltada, pavimentada e com encanamento.
- Linda, asfaltada.
- Cidade toda asfaltada.
- Esgoto em toda cidade.
- Com mais saneamento e asfalto.
- Mais casas construídas.
- Com mais prédios e comércios.
- Mais prédios e apartamentos.
- Muito prédio.
- Com mais edificações.
- Sem lixão.
- Não sofreremos mais discriminação, pois não seremos mais favelados.

- Não haverá lugares tão pobres e será mais bonito.
- Com mais qualidade de vida.
- Sem pobreza e com maior qualidade de vida.
- Mais emprego para as pessoas.
- Com mais empregos.
- Com linhas de trem.
- Ônibus escolares públicos.
- Com melhor mobilidade urbana.
- Será uma comunidade destruída, com mortes.
- Mais garis para ruas mais limpas.
- Com ruas sem cachorros.
- Com mais garis.
- Com mais Coletivos
- Com governo justo
- Não vai mudar nada, porque o governo só se preocupa com cidades importantes. Se algo mudar, vai ser só o asfalto e casas para algumas pessoas, para o governo dizer que fez alguma coisa.
- Terá mais pessoas.
- Cidade mais populosa.
- Tudo será mais caro.
- Cidade mais cara.
- Cheia de carro.
- Com árvores e floresta.
- Avanços tecnológicos e curas descobertas.

- Com mais tecnologias.
- Menos invasões.
- Sem invasões.

4.4 Reflexões sobre as atividades:

A intenção das atividades de este semestre de 2014, com as visitas aos diferentes lugares não estão centradas na produção de dados quantitativos. As informações coletadas em relação às impressões dos praticantes sobre os lugares visitados, tem mais o intuito de lhes dar voz e protagonismo, mais principalmente de provocar neles um sentido crítico e questionador. Dando à criança a oportunidade e o direito de se exprimir livremente²⁵, e muitas vezes sobre assuntos que lhes concernem, mais dos quais eles não são questionados. À liberdade de expressão compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda espécie, sem considerações de fronteiras, de forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança. No Brasil tais direitos estão especificados no segundo capítulo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além de ser um direito garantido, a livre expressão das crianças e de extrema importância para o desenvolvimento de políticas que atendam suas necessidades específicas.

O Observatório da Criança e o Adolescente tem entre outros objetivos o de recoletar, informações para ter ferramentas para poder pressionar o poder público a atender seus direitos, demandas e necessidades. Para isso consideramos importante, primeiramente criar um sentido crítico nas crianças, e isto se pretende incentivar com o tipo de atividades propostas, que lhes permitem ter um olhar mais ampliado sobre as diferentes realidades, para que depois possam ter uma ideia mais clara dos processos, e assim possam entender, compreendê-los, e assim interferir neles. O espaço de manifestação dedicado a crianças e adolescentes fortalece a capacidade de atuação futura na conquista de direitos e no monitoramento de políticas públicas voltadas a eles. A participação das crianças e adolescentes, junto com a criação de um espaço onde possam se expressar e ser ouvidas e fundamental para sua valorização e empreendimento em relação às questões que lhes concernem.

Analisando as respostas das crianças podemos observar claramente que existe uma visão e percepção das crianças que ao visitar por exemplo a quadra SQS 114 lhes surpreende a quantidade de

²⁵ conforme o artigo 12 da convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas.

áreas verdes, inexistentes no centro da cidade Estrutural, que apenas se encontra nos arredores dela. Observamos também que lhes surpreende a facilidade de serviços que os vizinhos e moradores de essa quadra têm ao ter uma escola e uma creche tão perto e praticamente a sua disponibilidade. A demanda de uma creche pública na cidade é uma demanda antiga. Ao mesmo tempo como já dito, existe a falta de uma escola de ensino médio na Estrutural, os jovens precisam se deslocar até a cidade do Guará para poder atender as aulas. Fica evidente também que chama à atenção deles a quantidade de áreas de lazer e o cuidado que se tem na manutenção da beleza da quadra, não porque não estejam acostumados a isso mais porque percebem o grande investimento que deve ser feito para manter essa aparência. Outros pontos que destacaram em relação a esta visita foram a clara organização e planejamento que transmite essa quadra da asa sul, situada em dos lugares mais nobres do Plano piloto, assim como a qualidade das habitações. Na hora de comparar o que tem na Estrutural que não tem na SQS 114, a maioria deles faz referência à violência e ao desordem, justamente porque a quadra transmite uma sensação de harmonia e tranquilidade pela organização do seu urbanismo em relação à posição dos prédios e das quadras, tudo muito quadriculado dentro do plano. Ao mesmo tempo outra questão que chamou atenção da maioria deles foi a falta de pessoas na rua, estes acostumados à Estrutural que representa um lugar que tem um alto grau de coletividade, onde as pessoas conversam na rua e convivem muito.

Em relação à comparação do que tem na Vila Planalto que não tem na Cidade Estrutural, o que mais chamou a atenção das crianças e adolescentes foi a quantidade de casas de “ricos”. Estas novas vivendas estão reocupando estas áreas, provocando uma valorização desse espaço que termina por encarecer o custo de vista e vai aos poucos expulsando os antigos moradores para deixar espaço a uma nova configuração da comunidade, a maioria das vezes de renda alta que querem ocupar esse espaço pela sua posição privilegiada. A história da Vila Planalto é muito característica do movimento da comunidade que luta para se manter e não ser expulsos pelo mercado imobiliário, para deixar seus lugares a outras pessoas que possam pagar mais. Tem uma questão muito relevante em relação à ocupação do solo em Brasília, sendo que a maioria das terras são públicas, quando as populações de baixa renda se viram obrigadas a ter que ocupar alguns terrenos, a falta de outra opção, estas foram consideradas como invasões ao Estado. Por outro lado existem em Brasília amplos bairros nobres que também são ocupações de terrenos públicos. O Lago Sul, bairro nobre de Brasília é considerado o lugar com o maior IDH do Brasil, se o Lago Sul fosse um país independente, seria o de melhor qualidade de vida do mundo. O Lago Sul tem o IDH pelo menos 15 vezes maior que a Estrutural, que tem o menor índice do DF. Além disso, a renda *per capita* (por pessoa) das duas cidades também é bastante diferente. O Lago Sul ganha 19 vezes mais que a Estrutural. Estes estudos foram feitos respeitando as indicações da ONU e usando dados fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O Lago Sul tem essa qualidade de vida e infraestruturas tão altas por

abrigar a classe política e diplomática da cidade, mais ela foi também formada por invasões, invasões de ricos, e a forma como o poder públicos tem lidado com a situação tem sido muito diferente. O que mais chamou a atenção dos participantes do projeto em relação a Vila Planalto foi a sua história de luta com a qual se sentiram identificados, e também as praças e áreas de lazer, assim como as creches e a “boa organização”. A Vila Planalto passa essa sensação de cidade agradável e tranquila porque quando foi se consolidando, a maioria da população não era Brasiliense e a vila foi se formando nos moldes culturais de uma cidade do interior, nas quais usualmente as pessoas se conhecem, convivem e não são separadas e individualizadas pelo próprio projeto urbanístico e pelo constante uso de carros. Na Vila Planalto ainda tem casas pequenas e as pessoas se movimentam em bicicleta, na sua maioria.

Em relação a pergunta “Como eu vejo a Estrutural daqui 5 anos?” a grande maioria tem uma visão de mudança em relação a cidade, com a chegada de muitos serviços como hospitais, e infraestruturas como ruas asfaltadas, mais principalmente se tem uma visão positiva de futuro na qual eles visualizam uma comunidade mais unida, feliz, e menos pobre. Assim como esperam ter mais oportunidades de emprego, mais acesso a atividades de lazer e com maior qualidade de vida. Mais tem também umas opiniões negativas, que acreditam que nada na cidade vai mudar, um dos participantes chegou a responder “*Não vai mudar nada, porque o governo só se preocupa com cidades importantes. Se algo mudar, vai ser só o asfalto e casas para algumas pessoas, para o governo dizer que fez alguma coisa*”. A cidade Estrutural é um espaço em que historicamente varias lideranças políticas tem tentado tirar proveito da vulnerabilidade habitacional dessa população, prometendo soluções imediatistas e muitas questionáveis na maioria das vezes, com a única intenção de conseguir votos.

O que mais chocou as crianças e adolescentes, no passeio da Ceilandia, foi a história da vitória da cidade quando conseguiu a instalação da caixa de água, já que representou uma grande conquista para a cidade que antes disso não tinha outro tipo de sistema hidráulico. Também lhes surpreendeu a grande quantidade de pessoas que moram lá e a história da alocação de muitos moradores para essa localidade, sendo hoje em dia uma grande comunidade organizada, que conta com uma oferta de serviços comunitários com varias alternativas de participação artística e cultural como meio de expressão e reivindicação. Quando perguntados sobre a relação da Ceilandia com a construção de Brasília a maioria deles respondeu em relação a erradicação de favelas que criou a Ceilandia, podemos destacar algumas falas como “*A Ceilândia foi muito difícil de construir porque eles só queriam construir o Brasil com os ricos morando, porque eles diziam que país rico é país sem pobreza*”, ou “*Eles botaram os pobres pra sair da Esplanada porque são pobres*”.

Em relação ao Parque Nacional de Brasília (PNB) o que mais chamou a atenção das crianças e adolescentes foi a localização tão próxima à Estrutural, a maioria deles nunca tinha visitado o parque. Outra questão muito relevante foi em relação a construção do Setor Noroeste. Durante o passeio as crianças e adolescentes constataram as construções no horizonte, e perguntaram para o guia a origem desses prédios. Este explicou que foi um bairro “ecológico” construído com o parecer positivo do próprio parque. Os participantes que estavam começando a entender a importância da preservação do cerrado em relação as explicações do guia ficaram confusos em relação a destruição do cerrado para a construção de esse bairro, que eles denominaram “para ricos”. Esta questão é relevante porque toca de forma indireta a história de tensão que tem existido em relação a administração do parque que nunca se posicionou favorável a regularização da cidade e que através do seus discursos estigmatizou muito a população da Estrutural, criando uma imagem negativa deles, como se forem estes os responsáveis da contaminação do parque. Isto fica evidente em algumas das falas, por exemplo *“eles ficam derrubando árvores pra construir prédios e ficam reclamando do lixo e dos urubus”* , em relação ao Setor Sudoeste. Em relação a pergunta a respeito de o que tem a ver o Parque Nacional com a Estrutural, apeterceram algumas falas também muito significativas como *“tem a ver que o Parque Nacional fica reclamando do lixo só porque é quase perto do Parque e eles falam que o lixo vai infectar o Parque e os animais que tem lá... eles falam que esse lixo não vale nada, fala que as pessoas que colocaram esse lixo aqui na Estrutural estavam tudo louco porque diz que vai fazer mal à saúde das crianças, mas aí eu digo só uma coisa, que é o lixo que dá comida e roupa para as crianças não passarem fome nem frio... e também só digo uma coisa, e se fossem vocês precisando do lixo pra sustentar a família de vocês? Sabe? Eu acho que vocês tinham que saber primeiro pra depois ficar falando que o lixo não vale nada...”*

Em relação aos passeios que foram feitos dentro da cidade, os participantes não respondem sempre exatamente a resposta, mais deram suas opiniões em relação a os espaços visitados. Por exemplo é clara a diferencia que eles percebem na Cidade do Automóvel, em relação as estruturas e funcionamentos. Também fica muito claro, o preconceito que eles afirmar sentir em relação a cidade em que moram, por parte de pessoas de fora. Por outro lado valorizam a sua história e fica evidente que são cientes das melhorias que a cidade precisa vivenciar. Este estudo, por tanto, apesar de não apresentar respostas quantitativas, acrescenta a partir das falas das crianças e adolescentes, novos olhares. Estas falas permitem constituir novos significados simbólicos, que servem para dar novas referências em relação ao que representa para os participantes sua própria cidade. É importante ressaltar, que na maioria das falas dos participantes, quando se referem a sua cidade, à cidade Estrutural, e principalmente em relação as outras, à identificam não como cidade, mais como favela. Acreditamos que esta concepção é relacionada a uma outra concepção e percepção do espaço que ocupam, este entendido como um lugar particular, que se reafirma como favela. Entendemos que esse reco-

nhecimento pretende eliminar a concepção negativa que durante anos tem se atribuído a este tipo de espaços, tendo a ausência como principal eixo paradigmático da favela. A intensa luta dos moradores da Estrutural tem criado entre eles um sentimento de comunidade, solidário, por ter feito e fazer parte do enfrentamento as mesmas ameaças, consolidando aos poucos a esfera simbólica do lugar. Na Estrutural além da luta pela ocupação do espaço se disputam muitas mais questões simbólicas sociais em relação à segregação das camadas mais desfavorecidas, ao direito à cidade. Tudo isso no contexto especial de Brasília por ter sido uma cidade planejada. A escolha dos moradores de fazer parte dessa comunidade pode ter sido dado em um primeiro momento pela falta de opções que o Plano piloto oferecia, e pelos benefícios que este espaço tinha. Mais este processo tem uma lógica e uma racionalização para aqueles que fazem parte dele. Sendo que a expressão da organização espacial é o resultado das decisões urbanas que moldam a cidade, e por tanto das relações sociais. A participação das crianças e adolescentes parece ter despertado o interesse de conhecer diferentes lugares urbanos de Brasília e seu entorno, pelo interesse em conhecer as diferentes maneiras de produzir cidades, e as forças que as influenciam. Sendo que os participantes perceberam que condições diferentes criam espaços diferentes. E a Estrutural é um espaço diferenciado, com uma organização e até uma estética que se diferencia à estabelecida no Plano piloto, e por tanto representa o espaço diferenciado, onde o “outro tipo de cidade” pode ser possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização deste trabalho foi fundamental a compreensão da reprodução do espaço como resultante do processo excludente e segregador como expressão da contradição de classes, que tende a distribuir de forma desigual o acesso à cidade, e foi imprescindível para a leitura crítica da realidade observada. Fazendo um estudo histórico sobre Brasília e seu entorno foi possível identificar algumas das formas nas quais vem se desenvolvendo as políticas urbanas no Distrito Federal, que claramente tiveram um propósito claro e racional de segregação sócio-espacial. Relacionando os processos de urbanização internacionais podemos identificar dinâmicas mundiais semelhantes que interferem na sociedade e provoca esse tipo de desigualdades. Mais o que resulta alarmante é o fato de Brasília ter sido uma cidade planejada a partir do nada, com a possibilidade quase única de não ter tido restrições em relação a sua construção sobre questões de espaço, forma ou concepção, que na maioria das vezes são fortes fatores limitantes. Uma melhor previsão, organização e gestão das

terras do Estado, e por tanto públicas, assim como o espaço no seu sentido mais amplo, da habitação e das relações de trabalho teria trazido outro tipo de dinâmica que não influenciasse tanto nas práticas políticas e econômicas associadas à favores individuais, práticas assistencialistas e populistas na conquista de votos, comuns na gestão habitacional e política do Distrito federal. Podemos dizer que poderia ter se seguido uma linha diferente de ação e raciocínio que de fato planejara, um espaço, e por tanto, também uma sociedade mais justa.

A consolidação de Brasília desde os inícios da sua construção se formou de forma proposital num modelo centro/periferia, expressando um padrão histórico segregacionista do espaço. As cidades-satélites foram se criando como consequência às remoções das ocupações que tinham surgido no Plano piloto, com o tempo foram se consolidando e apesar de não terem sido instalados equipamentos e infraestruturas adequadas elas foram se estruturando, principalmente pela iniciativa e luta dos próprios moradores. É importante lembrar a união e força dos movimentos sociais que se organizaram nessa época e que até hoje continuam sendo atores fundamentais dos processos particulares de cada comunidade, sendo que O Governo do Distrito Federal passou anos sem uma ação concreta para estas comunidades, que muitas vezes tiveram que optar pela forma ilegal de moradia.

É neste contexto que surgiu a cidade Estrutural, e que apesar das grandes dificuldades e particularidades desse espaço vem se consolidando como uma cidade com autonomia que busca se consolidar e se reafirmar como um espaço particular, autônomo e legítimo. Com uma história, cultura, política e vida própria. As pessoas da comunidade tiveram durante muitos anos que buscar seus próprios mecanismos para atender as demandas da comunidade que com o passo do tempo ia gradualmente aumentando. É muito claro que o urbanismo e a cidadania são questões amplas que vão além de questões de habitação e moradia. Por tanto podemos dizer que apesar da regularização da cidade ter sido efetivada, claramente essas medidas não garantem de forma alguma o direito a cidade. Direito a cidade, amplamente entendido, em que compreende o direito de usufruir dos serviços, de ocupar os espaços, de decidir e interferir nos processos do espaço do qual fazem parte, principalmente nos espaços da periferia, nos quais esses processos são mais frágeis.

Podemos assim observar como há ainda uma clara distância simbólica entre os que usufruem da cidade, e os que aguardam por ela. Acreditamos que são necessárias políticas públicas que de fato garantam esse tipo de problemas e que não se limitem a tratar as questões de déficit habitacional como uma questão isolada e pontual. Esse tipo de questões urbanas incluem não só a questão urbana mas também todo um contexto social capaz de proporcionar e garantir, continuamente, condições dignas e seguras de vida para a população.

Acreditamos na continuação e no sucesso de projeto OCA que respaldado pelo importante projeto da ONG Coletivo da Cidade realizam um trabalho junto com as crianças da comunidade muito importante para a mesma. Permitindo as crianças se informarem, e assim se organizarem, mais principalmente permitindo dar voz para elas, incentivando a criação das suas próprias opiniões e ideias, e assim lhes permitindo de se empoderarem de fato, da sua própria história. Fica claro a partir das falas das crianças e adolescentes que estes tem opiniões, e muitas vezes críticas em relação a sua própria realidade. É a partir de projetos e iniciativas como a implantação do Observatorio das Crianças que permitem que suas ideias sejam ouvidas, botadas em prática e colocadas em espaços nas quais possam ser tomadas em conta para a gestão da sua cidade, comunidade e processos.

BIBLIOGRAFÍA:

·BECKER, B. K. e EGLER, C. A. G. (1993). Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

·CALVINO, Ítalo. As Cidades Invisíveis. Tradução de Diogo Mainardi. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1990. ·CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. Tradução de Arlene Caetano. Editora Paz e Terra.

·CIDADE, L. C. (1999). “Acumulação flexível e gestão do território no Distrito Federal”. In: PAVIANI, A. (org.). Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

- CODEPLAN.
- CORREA, 1996 Os centros de gestão do território, Roberto Lobato Correa.
- DAVIS, Mike. Planeta Favela. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo, Boitempo, 2006.
- Dematteis, G. (1998). "Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas",
- Moclús, F. J. (ed.), *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 17-33.
- DOYLE, Patrícia Colela. Comercialização de habitações populares em Brasília. In PAVIANI,
- ENGELS, Friedrich. A questão da habitação. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- EUFRASIO, 1998
- FERREIRA, Ignez Costa Barbosa & PENNA, Nelba Azevedo. Brasília: novos rumos para a periferia. In, Brasília: moradia e exclusão (. (Org.) Aldo Paviani. Brasília: EdUnB, 1996.
- GOUVÊA. Luiz Alberto De Campos. Brasília: A Capital da Segregação e do Controle Social, Uma Avaliação da Ação Governamental na Área da Habitação. Editora Annablume. São Paulo, 1995.
- HOLSTON, James. A Cidade Modernista: Uma crítica de Brasília e sua utopia. Tradução de
- HARVEY, D. (1991). *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Cambridge/Oxford, Blackwell.
- KEMMIS e MC TAGGART,1988, apud Elia e Sampaio, 2001, p.248.
- KEMMIS, S.; McTAGGART, R. Como planificar la investigación- acción. Barcelona: Editorial Laerts, 1988.
- LEFEBVRE, Henri (1968) O Direito à Cidade.
- LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Tradução de Sérgio Martins. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2002.
- ·LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. Editora Martins Fontes. São Paulo,
- Lopes, A. Simões (1980), *Desenvolvimento Regional* (1 volume, Problemática, Teoria, Modelos)
- LOPEZ, Luiz Roberto. História da América Latina.Editora Mercado Aberto.Porto Alegre, 1986.
- MAFRA, Francisco. SILVA, J. Amada , PLANEAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 2004.

- MARICATO, E. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.
- _____. “Metrópole de São Paulo, entre o arcaico e a pós-modernidade”. Em SOUZA, M. A. de et alii. *Metrópole e globalização*. São Paulo, Cedesp, 1999.
- _____. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, Vozes, 2001
- NUNES (Discurso para um discurso sociológico sobre Brasília).
- NUNES, Brasilmar Ferreira. *Brasília: A fantasia corporificada*. Brasília. Paralelo 15, 2004.
- _____(org.) *A Construção do Cotidiano*. Brasília. Paralelo 15,1997.
- PAVIANI, A. (1976): “Brasília: cidade e capital”, ·PAVIANI, A. (1985): “A metrópole terciária”, In Paviani, Aldo (org.) *Brasília, Ideologia e Realidade: Espaço Urbano em Questão*. São Paulo, Ed. Projeto/CNPq.
- PAVIANI, A. (org.) (1987): *Urbanização e Metropolização – A Gestão dos Conflitos em Brasília*. Brasília, Ed. UnB.
- PAVIANI, A. *Brasília (1989): A Metrópole em Crise*. Brasília, Ed. UnB, 1989.
- PAVIANI, A. (1991): “A construção injusta do espaço urbano”, In Paviani, A. (org.) *A Conquista da Cidade – Movimentos Populares em Brasília*. Brasília, Ed. UnB.
- PAVIANI, A. (1996): “A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade”, In Paviani, Aldo(org.)*Brasília: MoradiaeExclusão*. Brasília,Ed.UnB.
- Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios-PDAD (2013-2014).
- Francisco Mafra J. Amado da Silva, PLANEAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 2004.*
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.*
- SIMMEL, Georg. *A Metrópole e a Vida Mental*. In: VELHO, Otávio G. *O Fenômeno Urbano*. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidad y Sociedad*. Buenos Aires: Losada, 1947.

